



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

Rafael Leonardo Cardoso da Silva

PERCEPÇÕES SOBRE AS RESPOSTAS À QUESTÃO SOCIAL DADAS PELO
TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Florianópolis

2022

Rafael Leonardo Cardoso da Silva

PERCEPÇÕES SOBRE AS RESPOSTAS À QUESTÃO SOCIAL DADAS PELO
TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Luiza Sabino de Souza.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Rafael Leonardo Cardoso da
Percepções sobre as respostas à questão social dadas pelo
terceiro setor no contexto da pandemia de covid-19 /
Rafael Leonardo Cardoso da Silva ; orientador, Cristiane
Luiza Sabino de Souza , 2022.
68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Terceiro setor. 3. Questão social.
4. Atuação profissional. 5. Ação Social. I. , Cristiane
Luiza Sabino de Souza. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Rafael Leonardo Cardoso da Silva

PERCEPÇÕES SOBRE AS RESPOSTAS À QUESTÃO SOCIAL DADAS PELO
TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de
“Assistente social” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 27 de julho de 2022.

Prof.^a Dr.^a Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Cristiane Luiza Sabino De Souza
Orientadora
Instituição UFSC

Prof.^a Dr.^a Liliane Moser
Avaliadora
Instituição UFSC

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa dos Santos
Avaliadora
Instituição UFSC

Este trabalho é dedicado aos meus professores pelos conhecimentos partilhados ao decorrer dessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina e a todos os professores do meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido.

Nela obtive novos conhecimentos que agregaram a ter um novo olhar sobre a vida, a sociedade e me tornar um ser humano melhor.

Sou grato ao meu filho Caio Eduardo Cardoso e ao meu companheiro Maycon Murilo Silva que tiveram a compreensão e paciência em momentos que me ausentei.

À minha supervisora de campo de estágio Marilu Teixeira pelos momentos de reflexão e análise sobre a realidade e que levaram a construção deste trabalho.

Dedico a esta monografia a minha querida avó Daura Miranda Cardoso (in memoriam), cuja a presença foi essencial na minha vida.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (*FREIRE, 1979*).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo problematizar as respostas que o terceiro setor traz as expressões da questão social, com vistas a apreender se as mesmas podem garantir, os direitos sociais. Teve como ponto de provocação a realidade experienciada a partir da inserção no campo de estágio no terceiro setor, especificamente numa Ação Social vinculada à Igreja Católica, a partir da qual foi possível apreender a dinâmica das respostas dadas pelo chamado terceiro setor às demandas advindas da sociedade, expressas na realidade de sujeitos em situações de extrema pobreza, fome, situação de rua, desemprego etc., que buscavam na Ação Social o subsídio mínimo para a sua sobrevivência. A resposta centrava-se na distribuição de cestas básicas, às quais não contavam com regularidade e eram distribuídas de acordo com a disponibilidade das doações recebidas. Diante disso, surge, no contexto de elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o questionamento acerca do terceiro setor em geral e sua capacidade para dar respostas às chamadas expressões da questão social. Para tanto é utilizado a pesquisa bibliográfica através de artigos e livros de autores de referência na temática; contou-se ainda com apoio em pesquisa documental a partir das reflexões do autor registradas nos documentos produzidos no processo de estágio obrigatório em serviço social, tais como: diário de campo, relatório de estágio entre outros. Buscou-se elementos teóricos que esclareçam o surgimento da questão social e suas particularidades na realidade brasileira, além de historicizar o terceiro setor e suas especificidades no Brasil. A partir desse entendimento mais amplo acerca da questão social e do terceiro setor, foi possível refletir sobre a realidade experienciada no campo de estágio, considerando a dinâmica da instituição, a conjuntura em que foi realizado o estágio – contexto pandêmico e a atuação do (a) assistente social na mesma. Concluiu-se, que com a inserção cada vez mais frequente do terceiro setor em setores onde o Estado deve estar à frente na garantia dos direitos, o (a) profissional de Serviço Social (SSO) tem o desafio de se posicionar contra a estrutura de exploração do capital, dentro destas instituições públicas ou privadas, reconhecendo seus limites e avanços e trazer propostas que contribuam para a garantia e permanência dos direitos da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Questão Social; Atuação profissional; Ação Social.

ABSTRACT

The present research aims to problematize the responses that the third sector brings to the expressions of the social issue, in order to apprehend if they can guarantee, or not, social rights. It had as a provocation point the reality experienced from the insertion in the internship field in the third sector, specifically in a Social Action linked to the Catholic Church, from which it was possible to apprehend the dynamics of the answers given by the so-called third sector to the demands coming from society, expressed in the reality of subjects in situations of extreme poverty, hunger, street situation, unemployment, etc. who sought in the Social Action the minimum allowance for their survival. The response was centered on the distribution of basic Fridays, which did not count on regularity and were distributed according to the availability of the donations received. In this context, the questioning about the third sector in general and its capacity to provide answers to the so-called expressions of the social issue arises in the context of the elaboration of this Course Completion Paper (TCC). To this end, the theoretical foundation of this work is based on bibliographic research through articles and books written by leading authors on the subject. It was also supported by documentary research based on the author's reflections recorded in documents produced during the mandatory internship in social work, such as field diaries, internship reports, and others. We searched for theoretical elements that clarify the emergence of the social issue and its particularities in the Brazilian reality, besides historicizing the third sector and its specificities in Brazil. From this broader understanding about the social issue and the third sector, it was possible to reflect on the reality experienced in the internship field, considering the dynamics of the institution, the context in which the internship was carried out - pandemic context and the role of the social worker in it. It was concluded that with the increasingly frequent insertion of the third sector in sectors where the State should be in charge of guaranteeing rights, the Social Service professional has the challenge of taking a stand against the capital's exploitation structure within these public or private institutions, recognizing their limits and advances and bringing proposals that contribute to guaranteeing and maintaining the rights of the working class.

Keywords: Third sector; Social issues; Professional performance; Social action.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Localidade de Domicílio dos atendidos na Ação Social..... | 56 |
| Gráfico 2 - Escolaridade..... | 57 |
| Gráfico 3 - Ocupação | 58 |
| Gráfico 4 - Gênero..... | 59 |
| Gráfico 5 - Tipo de moradia | 60 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPSMG – Ação Social Paroquial Santo Antônio e Santa Maria Goretti
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO – Cadastro Único
CEDEP – Centro de Educação e Evangelização Popular
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNA – Comissão Nacional de Alimentação
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID – Corona Vírus Disease
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA – Educação de Jovens Adultos e Idosos
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FIESP – Federação das Industriais do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e Simpatizantes
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONGS – Organizações não Governamentais
OSC – Organizações da Sociedade Civil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSFL – Organizações Sem Fins Lucrativos
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDRE – Plano diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PENSSAN – Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social
SSO – Serviço Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | CONCEITO DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA MARXISTA | 18 |
| 2.1 | Contextualização Socio-histórica da questão social | 18 |
| 2.2 | QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL, AS INTERVENÇÕES DO ESTADO E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL..... | 23 |
| 2.3 | Apontamentos sobre as determinações da questão social na contemporaneidade e seus impactos sobre a classe trabalhadora..... | 30 |
| 3 | Configuração do terceiro setor na sociedade capitalista..... | 37 |
| 3.1 | BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS À EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR..... | 37 |
| 3.2 | Problematizações acerca do conceito de terceiro setor e suas características no Brasil | 44 |
| 4 | Percepções sobre as respostas à questão social dadas pelo terceiro setor no contexto da pandemia de covid-19 | 51 |
| 4.1 | AÇÃO SOCIAL E O ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO..... | 52 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 62 |
| | REFERÊNCIAS..... | 64 |

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), aflorou através da aproximação com o campo de estágio na Ação Social Paroquial Santo Antônio e Santa Maria Goretti – (ASPSMG), decorrente da experiência de estágio que ocorreu entre agosto de 2019 a março de 2022 correspondente aos Estágios Obrigatórios I, II e III.

Este período foi marcado pela experiência do antes e durante a pandemia do novo Coronavírus Disease ¹(COVID-19).

No Brasil o primeiro caso confirmado de Covid-19 ocorreu no mês de Fevereiro de 2020 e expôs a importância da Seguridade Social, sobretudo a universalidade do Sistema Único de Saúde através da vacinação gratuita a toda a população. Por outro lado, se evidencia a opção do governo neoliberal de Jair Messias Bolsonaro de minimizar a ciência resistindo em implementar as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), desprezando a vida da população mais vulnerável, contribuindo com as 600 mil mortes em decorrência do vírus.

Diante do agravamento econômico e político, a ASPSMG, vivenciou o agravamento das expressões da questão social, manifestas em processos como o aumento da procura por alimentos, por residentes no entorno da Ação Social e área de abrangência do Centro de Referência da Assistência Social - (CRAS), do Bairro Jardim Atlântico.

Diante desse fato, pretende-se, através deste trabalho, trazer reflexões sobre o tema: “As respostas do terceiro setor às expressões da questão social” e como questionamento principal: Como o terceiro setor contribui na garantia de direitos sociais? As reflexões e problematizações terão como referência a Ação Social vinculada à Igreja Católica em Florianópolis e o contexto da análise será os dois primeiros anos da pandemia de COVID-19.

O pesquisador reconhece a importância da compreensão da questão social e suas múltiplas expressões, manifestas na referida realidade diante do crescimento da procura por cestas básicas dentre os anos de 2019 a 2022 pelas famílias cadastradas no projeto “O Pão de Cada Dia”, realizado pela Ação Social em questão.

¹ No início de fevereiro do ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo Coronavírus de Covid-19. COVID significa Coronavírus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere ao ano 2019. Os primeiros casos de Covid-19 ocorreram em Wuhan, na China, onde foram divulgados pelo governo chinês no mês de dezembro do ano de 2019. (Portal Fiocruz, 2020).

Diante da questão estabelecida, este TCC, busca compreender como os atendimentos da ação social no contexto da pandemia de COVID-19 evidenciam: 1) O acirramento das expressões da questão social, 2) A capacidade ou não, de o terceiro setor atender às demandas e garantir direitos sociais. Como objetivos específicos busca-se: problematizar o terceiro setor e suas configurações na sociedade capitalista; refletir acerca da questão social e as demandas que chegam à ação social; desvendar as determinações que implicam na procura de atendimento no terceiro setor.

A metodologia adotada para responder os objetivos propostos se deu a partir da pesquisa bibliográfica, com apoio de pesquisa documental, com caráter qualitativo.

O principal canal de buscas foi o site de artigos acadêmicos SciELO, e como palavras-chave: Questão social, terceiro setor, serviço social, neoliberalismo, COVID-19; além da consulta dos textos acadêmicos utilizados durante a graduação do Curso de Serviço Social e outros indicados pela orientadora.

Já a pesquisa documental teve como base os documentos produzidos durante a vivência no campo de estágio, que se realizou em uma unidade da Ação Social em Florianópolis. Os diários de campo, análise institucional, projeto de intervenção e relatórios construídos durante a vigência do estágio foram os principais documentos que subsidiaram a pesquisa.

Através da pesquisa documental, conforme Minayo (2001, p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Baseando-se nas informações anotadas nos documentos do estágio, foi realizado um levantamento acerca da realidade apresentada no campo de estágio, considerando principalmente o perfil dos usuários do serviço. A partir disso foram feitos gráficos que sistematizaram as informações coletadas.

Na sequência foi realizada a releitura dos diários de campo, relatórios e anotações, com objetivo de assegurar a análise crítica das informações anotadas durante o período do estágio.

A sistematização dos dados não teve o intuito de desenvolver uma “radiografia” da Ação Social, mas sim de contribuir na identificação do perfil das famílias atendidas na Instituição, informações estas que foram coletadas ao longo do processo de estágio, para responder às atividades de caracterização e análise institucional. Além de possibilitar novas reflexões acerca do enfrentamento às expressões da questão social.

O contato com os documentos possibilitou refletir acerca da realidade das famílias atendidas e o trabalho da assistente social inserido na divisão socio-técnica do trabalho naquela instituição.

Os documentos produzidos durante o estágio foram: Diário de campo, análise institucional e relatório de estágio. Nos diários de campo, as anotações visavam: 1) descrever as ações/atividades desenvolvidas, contemplando: qual ação, com que objetivo foi realizada, quem participou e desfecho ou encaminhamento. 2) A partir das atividades descritas, escolher uma ação/atividade vivenciada no campo de estágio, analisar através da fundamentação teórica na literatura do serviço social a fim de elaborar e identificar as particularidades do objeto de análise, considerando as categorias do método dialético - universalidade, particularidade e singularidade; problematizar as contradições que permeiam a intervenção profissional a partir da vivência no campo de estágio.

A construção da análise institucional teve o intuito de identificar as relações de poder, além das atividades que a Ação Social desenvolve, elencando as demandas da instituição nas áreas: social, institucional e organizacional. A análise institucional teve como objetivo conhecer os sujeitos e objetos nas relações institucionais, analisar as hierarquias que estão postas na instituição.

Procura-se através da pesquisa qualitativa compreender a essência do objeto estudado, compreendendo o que pode, nesse caso determinar as manifestações da questão social.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

Diante disso, este trabalho está organizado em quatro seções e suas subdivisões, sendo que a primeira seção trará o conceito de questão social, trazem-se elementos para compreensão da realidade social brasileira inserida no modo de produção capitalista. Será problematizado o terceiro setor, do qual a Ação Social faz parte; na terceira seção serão evidenciados os elementos de análise das demandas apresentadas durante o período de estágio. Por fim, vamos contextualizar a atuação da profissional de Serviço Social inserido na divisão socio-técnica do trabalho no terceiro setor.

2 CONCEITO DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA MARXISTA

Nesta seção pretendemos entender o conceito *questão social*, buscando, através da revisão bibliográfica, apreender o seu significado, numa perspectiva crítica. Nisso, traz uma breve exposição acerca da realidade histórica designada pelo conceito, toma-se como ponto de partida a Europa do século XIX até chegarmos a realidade social brasileira atual. A partir dos estudiosos como Netto (2012), Iamamoto (2014), Souza & Teles (2021), Affornalli (2000) e Montañó (2008) entre outros, procurou se debater os elementos descobertos fazendo apontamentos que se considerou pertinente para a consolidação da problematização do tema.

Ressaltamos que o almejado não foi limitar ou tipificar o conceito, mas sim compreender a importância na formação socio-histórico no desenvolvimento capitalista. Com particularidade a realidade brasileira, em vista da precarização/redução dos serviços públicos, a ascensão do terceiro setor nas áreas de atendimento as famílias e a crescente inserção de assistentes sociais no terceiro setor traz a importância sobre o assunto.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DA QUESTÃO SOCIAL

Para entender as demandas vivenciadas na Ação Social, como a fome, o desemprego, a violência entre outros aspectos é necessário observar o processo histórico, investigar e analisar os elementos que configuram o modo de produção capitalista em que vivemos atualmente.

Diante disso, nesta seção buscaremos compreender o conceito da questão social e como as suas refrações estão postas nesta sociedade de classes.

Segundo Netto (2012), a expressão questão social começou a ser utilizada na terceira década do século XIX. Com a industrialização na Inglaterra iniciada no fim do século XVIII, e com a migração das populações do meio rural para o meio urbano, vivendo em condições de vida precária, a expressão questão social surgiu para dar conta de um fenômeno chamado *pauperismo*². O crescente número da pauperização massiva dos trabalhadores constituiu-se uma particularidade mais imediata da inserção do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial.

² Segundo Netto (2012) O *pauperismo* é o aumento exponencial da pobreza (extrema pobreza) é considerado um fenômeno fora dos parâmetros. É uma condição do modo de produção capitalista, onde quando mais riqueza é gerada para os donos dos meios de produção mais a pobreza se estabelece na classe trabalhadora.

Com esta migração houve um aumento das populações nas áreas industriais, onde esses trabalhadores, se aglomeravam em regiões sem condições sanitárias, moradias em locais insalubres e sem as mínimas condições de sobrevivência. Yazbek (2021), evidencia que além do aumento da pobreza somava-se a regulamentação das leis dos pobres que diferenciava o homem pobre que trabalhava e o homem pobre sem trabalho.

Como sabemos, no mesmo contexto, a Nova Lei dos Pobres de 1834 vai exigir que “[...] todos os requerentes do auxílio público deveriam entrar nas Casas de Trabalho (Workhouses) [...] casas que configuravam uma verdadeira prisão e mantinham a separação entre pobres no trabalho e pobres fora do trabalho” (BRESCIANI, 1982 p. 101 apud YAZBEK, 2021, p. 19).

Independentemente da posição ideo-política, para os observadores da época tratou-se de um fenômeno novo, não conhecido em outros momentos da história.

A questão social, tem sua fundamentação no campo do trabalho, são os conjuntos das expressões que refletem as desigualdades na sociedade capitalista. Tem como cerne que a produção social se torna mais coletiva, amplia-se o trabalho socialmente produzido, enquanto a apropriação daquilo que produz se mantém para poucos (IAMAMOTO, 2013).

O homem passa a ter acesso a determinados bens, materiais, sociais e culturais e desenvolve as forças produtivas do trabalho, em contrapartida cresce a distância entre a “concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização” (IAMAMOTO, 2013, p. 28).

Diante da capacidade de a sociedade produzir mais bens e serviços gerando mais riquezas, por outro lado crescia o empobrecimento dos trabalhadores que não tinham acesso aos bens e serviços por eles produzidos, despossuindo-se até das condições que tinham anteriormente. A consequência direta da acumulação capitalista é a expulsão do trabalhador do processo de trabalho, à medida que o capital desenvolve formas de exploração e extração da mais-valia (NETTO, 2012).

“Quando a composição do capital se mantém inalterada, o aumento do capital revela-se como ampliação da classe capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p. 14). Ou seja, enquanto os capitalistas competem entre eles mesmos, aumentam sua fonte de lucro, aos trabalhadores cabe o aumento das horas trabalhadas e a perda ou redução ao acesso de direitos trabalhistas. “Reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva do trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p. 14).

Com o avanço de tecnologias que antes necessitavam de força de trabalho, hoje com o avanço técnico no processo de produção faz o trabalhador ser substituído por maquinário tecnológico, produz mais mercadorias em menos tempo. Yamamoto (2001) enfatiza que o capitalista extrai uma maior quantidade de trabalho dos trabalhadores, através do aumento da carga horária de trabalho e sua intensificação. Como consequência há uma grande quantidade de trabalhadores aptos a trabalhar que ficam impedidos ou incapacitados de entrar no mercado de trabalho.

Como pondera Yamamoto (2001, p. 15):

Inclui-se também aquela parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora.

Antes do surgimento da sociedade capitalista a pobreza estava ligada ao baixo desenvolvimento das forças materiais e sociais em um quadro de escassez, e na sociedade capitalista a pobreza é acentuada e generaliza-se como um fenômeno novo. “Esse pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da moderna barbárie, a barbárie capitalista” (NETTO, 2012 p. 203).

A partir da segunda metade do século XIX, a expressão questão social passou a ser utilizada pelo pensamento conservador. Para Netto (2012), após a revolução de 1848, a questão social passou a ser naturalizada perdendo a sua compreensão dos nexos entre a economia e a sociedade tanto pelo pensamento conservador laico quanto no confessional.

Segundo Netto (2012), as manifestações da questão social passam a ser vistas como naturais e não como desdobramentos da sociedade burguesa, que não se eliminam em sua ordem social. Torna-se assim objeto de intervenção política limitada, amenizando e reduzindo através de um ideário *reformista*.

No pensamento conservador confessional, a questão social deve ser mediada por medidas sociopolíticas diminuindo a tensão entre os trabalhadores e os detentores do meio de produção. Apesar disso:

Em qualquer dos dois casos – o que, aliás, explica a perfeita complementaridade político-prática dessas duas vertentes do conservadorismo –, mesmo as limitadas reformas sociais possíveis estão hipotecadas a uma prévia reforma moral do homem e da sociedade. De fato, no âmbito do pensamento conservador, a “questão social”, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora (NETTO, 2012, p. 204).

O enfrentamento às manifestações da questão social, deve então preservar a propriedade privada dos meios de produção, ao estar desvinculado a qualquer

problematização estrutural a ordem econômica-social estabelecida e não intervir nos fundamentos da classe burguesa com um reformismo para conservar.

De acordo com Netto (2012), a revolução de 1848, além de afetar socialmente as expressões sociais (teóricas, culturais e ideológicas) burguesas, atingiu-se as bases da cultura política que fundamentaram o movimento dos trabalhadores. O movimento de 1848 evidenciou o antagonismo dos interesses das classes sociais fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo utopismo. Um dos desfechos do movimento de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado de *classe em si* à *classe para si*³.

A classe “para si” é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras. [...]. Conforma a classe em si, aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes. [...] A classe trabalhadora se torna sujeito autônomo, consciente de seus interesses e do seu antagonismo ao capital, e organizando para a luta de classes. [...]. Assim, essa massa já é uma classe [em si] em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2011, p. 97).

A classe trabalhadora acrescentou no seu processo reivindicatório a consciência política e reconheceu que a questão social está interligada à sociedade burguesa.

De acordo com Yazbek (2021), com o aumento da industrialização, da pobreza e dos trabalhadores nas áreas urbanas, o surgimento do desenvolvimento da classe operária foi aos poucos se organizando em sindicatos e partidos proletários reivindicando melhores condições de trabalho. Através de sua organização, ascendeu na esfera pública reivindicou a intervenção dos poderes políticos na regulação de condições da classe trabalhadora. “A questão social, portanto, resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo” (YASBEK, 2021, p. 19).

Apesar do movimento de trabalhadores ter consciência política, levaria alguns anos para que tivessem os instrumentos teóricos, metodológicos para entender os processos que constitui a reprodução da questão social sendo necessário uma consciência teórica da própria realidade (NETTO, 2012).

A questão social é campo de resistência, de lutas e oposição as explorações do capital. É nesta tensão entre a produção de desigualdade e produção da rebeldia e resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno, movidos por interesses sociais

³ A premissa filosófica presente na teoria marxiana a respeito da passagem da classe em si e a classe para si corresponde ao problema da possibilidade de tomada de consciência coletiva da classe trabalhadora a respeito das contradições inerentes da sociedade capitalista (SOBRINHO, 2016, p. 1).

distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2013, p. 28).

Quando a classe trabalhadora se articulou e resistiu a opressão, seja através de protestos, contra as condições precárias de trabalho ela gerou uma ameaça as instituições da ordem burguesa a época (NETTO, 2012).

No entanto a questão social não se manifesta de maneira homogênea em toda a sociedade capitalista, ela é determinada também pelas próprias características, históricas, culturais e políticas de cada país, atingindo diferentes dimensões da vida social de maneira diversa para os segmentos da classe trabalhadora em cada território.

Foi através da publicação d'O capital em 1867 que a razão teórica ascendeu a compreensão rigorosa do processo de produção capitalista das causalidades da questão social e se compreendeu a manifestação do *pauperismo*. A despeito disso:

A descoberta e a análise marxianas da lei geral da acumulação capitalista, sintetizada no vigésimo terceiro capítulo do livro primeiro d'O capital, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário necessário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios (NETTO, 2012, p. 205).

Ao decorrer dos seus diferentes estágios, o modo de produção capitalista produz, compulsoriamente, a questão social. Esta, portanto, “é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar” (NETTO, 2012, p. 205).

Reitera-se, a questão social está determinada na relação entre capital e trabalho através da exploração, estando implicada através da intercorrência mediada pelo aspecto histórico, político e cultural.

Ressalta se que, Netto (2012), à exploração não é uma característica exclusiva do modo de produção capitalista, porém o que a distingue das outras sociedades é a exploração efetivada nos marcos dos antagonismos e contradições. Anteriormente à ordem burguesa, a desigualdade existente decorreu da escassez devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, não podendo suprimir. Na ordem burguesa a escassez ocorreu na contradição entre as forças produtivas socializadas e as relações sociais de produção garantiu, assim, a apropriação privada do excedente e sua destinação, além de revestir os valores de uso.

2.2 QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL, AS INTERVENÇÕES DO ESTADO E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Feitos os apontamentos gerais sobre a emergência da questão social e sua relação umbilical com o modo de produção capitalista, é necessário, como aponta Netto (2012), situarmos os elementos históricos, econômicos, culturais e políticos que particularizam as suas manifestações na realidade brasileira.

O marco da luta de classes no Brasil tem sua égide a resistência à estrutura exploradora no período colonial brasileiro, através do modo de produção escravista. Muitas das condições basilares ao capitalismo dependente brasileiro provieram do modo de produção escravista e isso complexifica o entendimento das próprias determinações da lei geral da acumulação capitalista nesse território, às quais são fundamentais para o entendimento das manifestações da questão social na sociedade brasileira (SOUZA & TELES, 2021).

A propriedade monopolista da terra, o sentido agrário-exportador da produção da riqueza e a definição racializada dos despossuídos e expropriados, que determinou a negros e indígenas a condição majoritária de sem terras, sem tetos, sem emprego e sem direitos (SOUZA & TELES, 2021, p. 51).

Com a abolição da escravidão em 1888, ex-escravizados e seus descendentes, expropriados de qualquer meio de produção, foram marginalizados do processo produtivo, lançados às margens da sociedade do trabalho livre. Souza & Teles (2021), apontam que se faz necessário compreender que no modo de produção capitalista, na sua condição dependente, como é o caso da economia brasileira há, além do exército industrial de reserva uma considerável parte dos trabalhadores que estão às margens do processo de produção.

Ao compreendermos as características da sociedade capitalista e os elementos que configuram o processo histórico da realidade social brasileira passamos a desmistificar a realidade superficial como é apresentada. Segundo Souza & Teles (2021), se considera o caráter dependente do modo de produção capitalista no Brasil, há processos históricos singulares que determinam as particularidades da questão social, neste território. Um deles é a constituição do mercado de trabalho *livre* no Brasil, a qual já se dá com uma exclusão de uma ampla parte da força de trabalho do processo de criação e apropriação da riqueza gerada.

Para as autoras está é uma determinação importante para entender a questão social na sociedade brasileira.

[...]é necessário evidenciar os elementos que contribuem nesse processo de capitalismo dependente, além de analisar as características mais profundas nas

relações sociais da classe trabalhadora. Diante disso faz-se necessário buscar a análise da realidade concreta sob a perspectiva da luta de classes e da própria história do trabalho sob a ótica do dominado tendo em vista [...] a história contada tem a perspectiva da historiografia dominante (SOUZA & TELES, 2021, p. 51).

A desigualdade social brasileira provém da não superação dos fundamentos da sociedade escravista e do estabelecimento de um capitalismo dependente, assim, resume as autoras:

No bojo desse processo histórico, conforma-se a estrutura das relações sociais, no Brasil, sujeita-se, assim, as tendências mais dinâmicas, em relação dialética com a emergência e o desenvolvimento capitalista global. Neste processo, torna-se preponderante tanto a subordinação ao movimento do capital, dinamizado externamente, quanto a instituição dos sustentáculos internos desse processo: a propriedade privada monopolista da terra; a superexploração da força de trabalho; a consolidação do racismo como os mecanismos de dominação ideológica mais duradouro da nossa sociedade. Neste ínterim, a questão agrária e a questão racial se tornam latentes e insuperáveis do bojo das relações sociais estabelecidas. A partir dessas configurações, dinamiza-se o capitalismo dependente, constituindo-se mediações particulares à luta de classes. Portanto, a definição da forma e do conteúdo dos antagonismos, apresentam-se como questão social neste território (SOUZA & TELES, 2021, p. 51).

No que tange às formas de intervenção do Estado nas expressões da questão social, as autoras acima citadas chamam atenção ao caráter do Estado no capitalismo dependente, o qual, historicamente tende a atuar de maneira repressiva e violenta, com base no seu aparato policial e jurídico-penal. A fase repressiva é muito mais expressiva na mediação da relação entre capital e trabalho, do que a estruturação de políticas de proteção social de caráter universal. Nisso, Souza & Teles (2021, p. 55) afirmam que:

[...]é necessário entendermos o Estado e a luta de classes como conjunto categorial, de modo a avançar para a compreensão da questão social para além da sua expressão como pauperização, como incita Netto (2012). Nesse sentido, é crucial que se coloque, no campo de análise, a dinâmica da luta de classes, pois ela se manifesta na disputa pela direção societária, pela apropriação da mais valia, na qual a reivindicação, em qualquer nível, por parte daqueles que vivem do trabalho, é vista como ameaça às classes dominantes e, portanto, é enfrentada por meio do controle e da repressão, típico da sociedade capitalista e que implica na eliminação das ameaças à reprodução do capital: despossuídos e desempregados, sem terras, sem teto, sem direitos (SOUZA & TELES, 2021, p. 55).

“O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem consideração seus interesses” (IAMAMOTO, 2014, p. 135).

Em certo momento o operariado ao perceber da sua condição precarizada desenvolveu maneiras de resistência à sua exploração, por outro lado a sociedade burguesa se sentiu ameaçada nos seus valores impostos como a moralidade, a religião e a ordem. Diante

disso impõem-se a necessidade de controlar socialmente a exploração do operariado fazendo que a mercantilização da força de trabalho passasse a ser regulamentada pelo Estado.

À frente disso, Iamamoto (2014), cita que diante das difíceis condições de trabalho, já observadas pela sociedade brasileira, as *Leis Sociais*, caracterizou-se como parte notável na regulamentação dos movimentos sociais em busca de melhores condições de trabalho e buscou-se conquistar a cidadania social.

A partir da evidência da questão social, os diversos segmentos da sociedade se posicionaram, sejam eles a burguesia brasileira, o Estado e a Igreja Católica. Esses movimentos existentes são consequências da industrialização crescente, da migração de brasileiros da área rural para o meio urbano e exigiam profundas modificações dentro do Estado e na relação deste com as classes sociais já consolidadas (IAMAMOTO, 2014).

Através da conjuntura histórica, as *Leis Sociais*, passaram-se a colocar a questão social em evidência, a ser entendida como antagonismo entre a burguesia e o proletariado. A particularidade da questão social brasileira é derivada, portanto, do crescente número de trabalhadores urbanos-industriais, a qual ganha a cena política na concretização política e ideológica da classe trabalhadora. É através das suas lutas que se colocou no horizonte a possibilidade de um projeto alternativo de sociedade à dominação do capital, mas que na sua atuação política, passou-se a exigir do Estado mediações que garantissem certa participação na riqueza socialmente produzida e lutar contra o pauperismo e miséria a que estavam submetidos (IAMAMOTO, 2014).

No início do século XX, com o processo de industrialização da economia brasileira, os trabalhadores em busca de melhores condições de vida migraram da área rural para os centros urbanos. Esses trabalhadores em sua maioria eram migrantes marginalizados socialmente e ao chegarem nas cidades passaram a viver em lugares insalubres em péssimas condições de subsistência, sem água potável, saneamento básico ou acesso à energia elétrica. Quanto ao lugar de trabalho não se mantinha as mínimas condições seguras de trabalho e higiene. Os salários eram ínfimos e não atendiam o mínimo para a sobrevivência.

Havia um exército de reserva relativamente alto, devido aos baixos salários, as mulheres e crianças procuravam vagas nas indústrias reforçando os salários baixos. “O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos” (IAMAMOTO, 2014, p. 138). Não haviam direitos trabalhistas como direito a férias, licença para tratamento de saúde, contrato de trabalho, o empregado estava à mercê da autoridade absoluta do seu empregador. As relações trabalhistas permaneciam no direito

privado entre empregador e empregado sendo regido pelo código civil. Essa precarização levou o trabalhador industrial às condições de pauperismo. No âmbito da educação, esta dependeu de iniciativas da filantropia da caridade.

Essas condições, levaram o operariado a se organizar e se articular por melhores condições de trabalho, surgiu através dessa organização as ligas operárias que se organizaram aglutinaram-se a vários operários dos mais diversos ofícios, com o objetivo de resistir e reivindicar por seus interesses em comum. Cabe destacar que as ligas operárias atenderam exclusivamente o meio operário e foram reprimidas por sua existência, sofrendo a perseguição de seus líderes e seus sindicatos fechados (IAMAMOTO, 2014).

A luta reivindicatória estará centrada na defesa do poder aquisitivo dos salários [...] na duração da jornada normal de trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento de suas entidades (IAMAMOTO, 2014, p. 139).

O início do século XX foi marcado por constantes greves e manifestações da classe operária, com sua intensificação antes e depois da Primeira Guerra mundial e marcou para a sociedade burguesa o crescente pauperismo para a classe trabalhadora. Nesse período a sociedade brasileira foi governada pela burguesia ligada ao setor de agro-exportação, suas medidas integrativas foram incapazes de atender as necessidades da classe trabalhadora.

Entre os anos de 1891 a 1917 houve medidas no âmbito Federal e Estadual relativas a situação sanitária das indústrias, porém estas foram insatisfatórias na área de fiscalização do trabalho infantil e trabalho feminino. Com o fortalecimento da classe trabalhadora, em 1919 foi implantada a primeira lei que responsabiliza as empresas industriais pelos acidentes de trabalho, não houve, no entanto, uma mudança substancial pois essa reivindicação já era feita pelos trabalhadores (IAMAMOTO, 2014).

A vista disso, em 1919, o governo brasileiro participou da Organização Internacional do Trabalho (OIT), organização esta que instituiu uma legislação social para a classe trabalhadora, e estabeleceu sanções aos países aderentes que não respeitaram os termos (IAMAMOTO, 2014)

Por não se tratar de um elemento essencial em sua dominação, a burguesia na República velha em sua hegemonia não atendeu o controle e reprodução da classe trabalhadora que não eram ligados ao setor de agro-exportação.

Estado sendo incapaz de atender os anseios da classe trabalhadora utilizou da repressão como instrumento para suprimir o anseio do proletariado. Havia por parte de setores da sociedade e da burguesia um apoio da repressão policial, a hostilidade aos movimentos

operários, por outro lado com o crescimento do pauperismo as ações caridosas e assistencialistas têm sua ênfase posteriormente por parte da elite brasileira (IAMAMOTO, 2014).

Foi a partir da década de 1920 que houve alguns avanços, como a criação em 1925 do Conselho Nacional do Trabalho e o rompimento em 1926 com o liberalismo excludente da elite republicana da primeira república. Através de uma emenda constitucional a questão do trabalho passou a ser legislada pelo Congresso Nacional, e deu abertura à intervenção estatal na regulamentação no mercado de trabalho. A classe trabalhadora obteve avanços em direitos como “a lei de férias, acidente de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro doença, etc” (IAMAMOTO, 2014, p. 141).

No entanto, estas medidas ficaram limitadas nos principais centros urbanos, setores de forte participação estatal, agroexportadores, ao reconhecimento da questão social este ficou em segundo plano.

A dominação burguesa implica a organização do proletariado, ao mesmo tempo em que implica sua desorganização enquanto classe. A tentativa de controle da organização do proletariado implica que este seja reconhecido pelo Estado enquanto classe, e enquanto classe social espoliada. Implica leis de exceção que rompem a ortodoxia liberal, intervindo abertamente no mercado do trabalho. A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle (IAMAMOTO, 2014, p. 141).

No contexto da luta de classes, também o capital requer mediações do Estado para garantir a sua reprodução e conter as ameaças da classe trabalhadora. É no contexto dessa relação, que podemos situar a emergência do próprio serviço social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

A inserção do Serviço Social (SSO) na realidade brasileira, como profissão, se dá nesse processo histórico, não se baseando em medidas de coerção demandadas pelo Estado, e sim surgindo da iniciativa de determinados grupos e classe, manifestando-se por entremeio da Igreja Católica.

Esse processo, que durante a década de 1920 se desenvolve apenas moderadamente, se acelerará no início da década seguinte, com a mobilização, pela igreja, do movimento católico leigo. Surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social (IAMAMOTO, 2014, p. 149).

Devido a precária infraestrutura assistencial desde o período do Império, a caridade mantida pela Igreja Católica remonta desde o período colonial e se deve em sua grande parte a ação das ordens religiosas europeias que disseminaram no país desde a colonização. A

inserção da Igreja Católica tem sua presença no controle direto no operário industrial através das vilas operárias. O Serviço Social brasileiro tem sua fundamentação nas obras e instituições que surgem após o fim da Primeira Guerra Mundial (IAMAMOTO, 2014).

As instituições assistenciais que surgem nesse momento, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, possuem já – não apenas no nível da retórica – uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade. Desde o início são obras que envolvem de forma mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca, e às vezes, a própria militância de seus elementos femininos (IAMAMOTO, 2014, p. 176).

Tem em sua formação as bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico, tendo a assistência preventiva, de apostolado social atenuando as sequelas geradas pelo modo de exploração pelo capital.

É através do desenvolvimento laico que se desenvolveu a Ação Social Católica destinadas a organizar a juventude católica para a Ação Social junto a classe operária.

O elemento humano e a base organizacional que viabilizarão o surgimento do Serviço Social se constituirão a partir da mescla entre antigas obras sociais – que se diferenciavam criticamente da caridade tradicional – e os novos movimentos de apostolado social, especialmente aqueles destinados a intervir junto ao proletariado [...] (IAMAMOTO, 2014, p. 178).

O Serviço Social surge de uma demanda da própria burguesia, ausentando-se da demanda proveniente da classe trabalhadora.

No Brasil, sobretudo após a década de 1930, com o desenvolvimento da indústria brasileira e a migração da população rural para as áreas urbanas intensificou-se o crescimento da classe trabalhadora e através de sua organização a classe operária passou a requerer melhores condições de vida e trabalho. O Estado passou a assumir o papel de regulador na reprodução das relações sociais, tanto no atendimento das necessidades sociais da população quanto no favorecimento no processo de acumulação do capital. Há uma abertura de atuação do profissional de serviço social que aumentou a sua intervenção em um campo que antes a Igreja Católica intervia.

Com a ampliação nas áreas de ação, o profissional de serviço social passou a atuar na execução de políticas sociais públicas no campo social, ampliou seus referenciais técnicos sistematizou seu espaço sócio ocupacional. No entanto esse processo levou a profissão a manter o pensamento conservador, e como suporte técnico científico de base positivista fundamentado no discurso humanista cristão.

O caminho da profissionalização do Serviço social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em

atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle.[...] Trata-se justamente do espaço que se engendra na sociedade burguesa quando o monopólio se consolida, no conflituoso processo em que se gestam as condições histórico sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que possam mover práticas profissionais como a do assistente social (NETTO, 2011, p. 71-72 apud YAZBEK, 2021, p. 21).

Visou-se o apaziguamento entre os detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora no primeiro governo de Getúlio Vargas instituiu-se algumas políticas sociais que atendessem parte da classe trabalhadora. “Com a instituição do salário-mínimo, da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), inaugura-se o conjunto das políticas sociais de alimentação e nutrição” (FERNANDES & MOSER, 2022, p. 3).

Nesse contexto o serviço social brasileiro é legitimado enquanto profissão através da interlocução do Estado e do empresariado, e teve como suporte a Igreja Católica no enfrentamento da questão social. Com a insuficiência no atendimento à população pela Igreja Católica através da filantropia e da solidariedade o Estado passou a intervir na condução de políticas econômicas e sociais, passou assim a constituição do espaço do profissional de serviço social na divisão sociotécnica do trabalho.

No entanto a questão social no Brasil, como argumentado possui particularidades características, sejam elas históricas, culturais e políticas atingem as diversas dimensões da vida social. Assim, como em toda a América Latina, as expressões são evidenciadas pelo processo de dependência imperialista sejam elas na questão indígena, o racismo, a luta pelo direito a terra, as opressões às mulheres, aos negros, as desigualdades em suas diversas faces, entre outros.

Assim, as marcas da cultura colonial e escravocrata permanecem presentes em nossas relações sociais, características do capitalismo periférico, neste continente “[...] onde a supressão do estatuto colonial ocorreu no plano político, mas não no plano econômico [...] O que nos une – o que dá unidade real, objetiva, aos povos latino-americanos – é a ameaça imperialista; é a exploração imperialista. Este é um dado objetivo” (NETTO, 2012, p. 97 apud YAZBEK, 2021, p. 20).

Na realidade brasileira os processos de formação política, cultural e social impulsionaram as desigualdades e marcas estruturantes nas manifestações da questão social.

Com isso, é necessária a explicitação dos sustentáculos desse processo, os quais se assentam: na propriedade privada da terra e suas manifestações na luta pela terra, no campo e na cidade; na constituição de uma enorme massa de despossuídos que viabiliza a superexploração da força de trabalho; na elaboração do racismo e do sexismo como mediações primordiais à dominação necessária à superexploração da força de trabalho; na constituição de um Estado, correspondente à dinâmica dependente, que acentua a sua atuação na garantia da reprodução do capital e

apresenta como principal mediação, na luta de classes, a repressão e a violência exacerbadas (SOUZA & TELES, 2021, p. 57).

2.3 APONTAMENTOS SOBRE AS DETERMINAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS IMPACTOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA.

Na perspectiva teórico-analítica crítica, a questão social não é proveniente de problemas sociais herdados pela ordem burguesa e sim da sociabilidade erguida sob o comando do capital. Assim, entender a sua dinâmica histórica, passa por ter em conta as contradições erguidas pelo capital. A partir das elaborações de Netto (2012), podemos traçar um panorama da dinâmica mais contemporânea da questão social e suas expressões. O autor toma como marco a crise da década de 1970 como um momento que aprofundou radicalmente a barbárie capitalista e aprofundou, portanto, as manifestações da questão social em todo o mundo.

Após a Segunda Guerra Mundial, até meados dos anos 1970, em seu processo de reconstrução econômico e social, o capitalismo teve seu avanço econômico (mesmo sem erradicar suas crises periódicas (cíclicas), desconsiderando as economias de Terceiro Mundo.

De acordo com Netto (2012), no contexto da construção do Welfare State na Europa Nórdica e em alguns países da Europa ocidental e com a desenvoltura da economia norte-americana pós-guerra, a questão social e suas manifestações foram considerados problemas dos países em subdesenvolvimento, diante da melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora. Somente os teóricos marxistas afirmavam que essa melhora não alterou a essência exploratória do capital, que continuou em seu processo de pauperização relativa.

No início dos anos 1970, o capital após duas décadas de crescimento econômico, teve seu lucro reduzido devido à redução das taxas de lucro, aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores. Em sua reestruturação, o capital, veio através do processo de globalização, neoliberalismo desregulamentar as políticas democráticas, conquistadas pela classe trabalhadora.

Erodiu-se o fundamento do Welfare State em vários países e a resultante macroscópico-social saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional”, “pós-fordista”, desvestiu a pele de cordeiro – e a intelectualidade acadêmica, a mesma que em boa parcela considera Marx o criador de um “paradigma em crise”, descobriu a “nova pobreza”, os “excluídos” etc. – em suma, descobriu a nova “questão social” (NETTO, 2012, p. 208).

O conceito de nova questão social não apresentou nenhuma determinação na análise da crítica da economia política marxiana, e retrocedeu ao patamar das utopias conservadoras

do século XIX. Para o autor, considera-se que a questão social permaneceu existindo e deve-se observar que além das manifestações já existentes são as novas expressões que possam surgir com a intensificação da exploração pelo capital, que instaura expressões sócio-políticas diferenciadas e complexas (NETTO, 2012).

Para entender as expressões que emergem e as modalidades imperantes de exploração, se faz necessário analisar a complexidade da totalidade dos sistemas de mediações e observar as particularidades culturais, geopolíticas de cada região, entender que independente das fronteiras políticas onde a lei geral da acumulação capitalista está inserida, o processo de exploração se concretiza.

Com as transformações societárias emergentes desde a década de 1970, o capitalismo contemporâneo configurou-se em capitalismo globalizado, apresentou novos processos e transformações. Essas transformações ocorreram no chamado mundo do trabalho, equivocando-se em teses como o fim da sociedade do trabalho e do proletariado como classe. Mudanças essas que são provenientes dos circuitos produtivos causados pela revolução científica e técnica desde a metade do século XX, de acordo com o referido autor.

O capital em seu processo restaurador tem em sua reestruturação exigências imediatas, sendo elas: a flexibilização das relações de trabalho, a desregulamentação das relações comerciais - liquidação das proteções comercial-alfandegárias dos Estados e oferece ao capital especulativo financeiro a privatização do patrimônio estatal transferindo as riquezas públicas. Simultaneamente os novos processos produtivos têm aumentado a economia do trabalho vivo, elevou a composição orgânica do capital e ampliou o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital (NETTO, 2012).

Com a reestruturação do capital, através de suas inovações precarizou-se as condições de vida da classe operária, elevou-se os níveis de desemprego e a insegurança do trabalho. A globalização econômica, vinculada a financeirização do capitalismo acentuou-se a competitividade inter-monopolista e redesenhou o mapa político-econômico mundial. O grande capital veio através da integração dos megablocos empresariais, concentrou e centralizou o poder do controle estratégico dos recursos necessários à produção de ponta.

Diante da estratificação social, observada em sua totalidade social, modificou-se sensivelmente a estrutura da classe burguesa, incluiu-se a desaparecimento de antigas classes sociais, como o campesinato tradicional. Ocorreu assim alterações no plano econômico objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações quanto no plano ídeo-subjetivo do reconhecimento de classe.

Já a classe operária, que viveu da venda de sua força de trabalho, vivenciou mudanças significativas no seu enfrentamento ao capital monopolista, afetando-se por diferenciações, cortes e recomposições postas nas alterações da divisão socio-técnica do trabalho. Há, para Netto (2012), uma modificação nas camadas sociais mais vulneráveis ao capitalismo contemporâneo como os aposentados com pensões irrisórias, aqueles que não estão na cobertura social, migrantes, refugiados, trabalhadores informais e os doentes estigmatizados.

Tais mudanças no sistema de estratificação da sociedade burguesa é acompanhado por alterações no perfil demográfico das populações, através do processo de urbanização, no crescimento das atividades de serviços e na difusão da educação formal (NETTO, 2012).

Com a reivindicação dos movimentos feministas, por melhores condições político-sociais avançou-se na emancipação de suas conquistas nos espaços que antes a subalternidade e a exploração no espaço público prevaleciam.

Já na juventude, após os anos de 1960 teve duas relações geracionais redimensionadas, construiu-se uma categoria social, adquiriu-se visibilidade internacional, gerou-se inovações valorativas e rompeu com padrões de comportamento ditados pelo capital.

O tardo-capitalismo é organizado por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: “a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a multimídia)” (NETTO, 2012, p. 211).

A imediatividade da vida social mercantilizada é dada como *a* realidade, desqualifica a distinção clássica entre a aparência e a essência. A realidade em sua complexidade ontológica deve ser compreendida nos seus vários níveis.

Na sociedade civil, a oligarquia financeira global articula-se, movimenta-se, encontra-se forjando canais e instituições para viabilizar seus projetos, por outro lado as camadas subalternas passam pelas precarizações nas suas condições sociais, políticas e econômicas não imbricam se na articulação, universalização de seus interesses, motivações e comprometem o seu potencial emancipatório da classe trabalhadora.

Por outro lado, o Estado Burguês também se redimensiona ao manter seu caráter de classe, diminuiu a sua ação reguladora, encolheu as suas “funções legitimadoras” rompeu o

“pacto” do grande capital. Já no modelo Welfare State⁴ ocorreu a retirada das coberturas sociais públicas e manteve-se o corte nos direitos sociais em um processo de ajuste de redução do Estado diminui-se o ônus do capital nas condições gerais da reprodução capitalista.

Às reduções segmentadas através da flexibilização, desregulamentação e privatização conectou-se ao movimento da *globalização* e extrapolou os controles estatais, fundada na circunscrição nacional do Estado e limitou a intervenção estatal no nível macroeconômico. O tardo-capitalismo erodiu a soberania do Estado, através do privatismo da ideologia *neoliberal* e defendeu a existência do *Estado mínimo* para a classe trabalhadora e o Estado máximo para o capital. Constitui-se um projeto histórico da direita para liberar a acumulação capitalista de todas as cadeias impostas pela democracia.

O capital conquistou uma considerável hegemonia desenvolveu uma cultura política anti-estatal. Vislumbrou-se a erosão das regulações estatais, liquidou-se os direitos sociais, a retirada do patrimônio do fundo público, desregulamentou sendo apresentada como modernizadora, que valoriza a sociedade civil. Utilizou-se de construções ideológicas para a defesa da liberdade, da cidadania e da democracia, ao passo que se corroem as condições objetivas de sua real garantia.

Muitos opositoristas ao grande capital têm se posicionado e incorporado o anti-estatismo como prioridade da sociedade civil, justificou-se esta também como demanda democrática. Para o autor este fenômeno ocorre em dois pontos fundamentais (NETTO, 2012).

- 1) a transferência, para a sociedade civil, a título de “iniciativa autônoma”, de responsabilidades antes alocadas à ação estatal;
- 2) a minimização das lutas democráticas dirigidas a afetar as instituições estatais. As implicações da incorporação desse anti-estatismo (levado ao limite por Holloway) pelas forças opositivas pode significar não uma politização de novos espaços sociais (ou a repolitização de espaços abandonados) mas a despolitização de demandas democráticas, numa quadra em que –precisamente pelas características das práticas neoliberais –as lutas pela democracia se revestem de maior importância (NETTO, 2012, p. 214).

O terceiro setor configurou-se, Simões (2009), de forma a convergir com atividades do setor privado, situadas na sociedade civil, porém onde o Estado reconheceu ser de interesse público.

⁴ [...]Os “30 anos gloriosos” do pós guerra até os anos de 1970, foi marcado por uma expansão da economia capitalista, sob o comando do capital industrial, apoiada em uma organização de produção de bases tayloristas e fordistas, como estratégias de organização e gestão do processo de trabalho.[...] O Estado buscava canalizar o fundo público, tanto para o financiamento do capital quanto para a reprodução de força de trabalho[...] para impulsionar a produção, há que ampliar mercado e preservar um certo poder aquisitivo da população capaz de viabilizar o consumo de mercadorias e dinamização da economia (IAMAMOTO, 2013, p. 30)

Esta concepção adquire sentido no contexto da globalização, como um processo a ser conduzido pela inter-relação entre o mercado, Estado e sociedade civil, de forma harmônica e autônoma, em que as informações circulam em rede[...] O Estado, reduzido ao mínimo, se tornaria mais eficiente, propiciando a expansão e o fortalecimento da sociedade civil e do mercado [...] o crescimento econômico e a expansão da sociedade civil tornar-se-iam fortes mecanismos de controle da eficiência estatal[...] (SIMÕES, 2009, p. 451).

Na visão política as medidas de ajuste e flexibilizações/desregulamentação/privatização, tem em muitos casos a sua legitimidade através dos mecanismos formais. Os ganhos do capital contribuíram para o avanço de seu lucro após o período de 1980 se recuperou a lucratividade das grandes corporações. No entanto isso não evitou no capital anular o seu ciclo crítico da dinâmica capitalista.

Manifestado nas sucessivas crises abertas por aquela da Bolsa de Nova Iorque, em 1987, até a explosão de 2008, de que as recentíssimas expressões na Zona do Euro são a continuidade) e de não reverterem a curva própria da “onda longa recessiva” (nos países da OCDE⁵, as taxas de crescimento permanecem medíocres desde 1980) (NETTO, 2012, p. 215).

Este período gerou severos danos a classe trabalhadora como desemprego, redução salarial, redução do padrão de vida, além da precarização dos sistemas públicos de Seguridade Social. Aos trabalhadores coube a resistência, mesmo que pontuada através das lutas sociais, mantendo-se na defensiva na manutenção dos seus direitos.

Cabe ressaltar que a flexibilização imposta no tardo-capitalismo não resolveu nenhum dos problemas fundamentais impostos pela ordem do capital. Pelo contrário, alargou a desigualdade social manteve uma crescente distância entre ricos e pobres, o crescimento da intolerância do racismo e a crescente crise ecológica. Netto (2012), sugere que essas indicações configuram na direção de um novo barbarismo e trazem a ativação dos limites absolutos do capital.

Em que pese a atuação do terceiro setor, a erradicação da pobreza e dos processos de exclusão social [...] impossível nos quadros do neoliberalismo, [...] no que se refere aos limites mínimos da intervenção estatal. O sucesso dessa atuação frustra-se se concebida isoladamente, porque depende da atuação do Poder Público na formulação, execução e controle de políticas públicas, cuja eficácia depende da sua atuação unificadora e planejada (SIMÕES, 2009, p. 453).

O Estado passou a transferir a execução para a sociedade civil, lugar que impera a lógica capitalista, ou seja da competitividade, da meritocracia, da individualização das responsabilidades.

Nos últimos trinta anos o modo de produção capitalista passou por transformações, modernizou-se não mudou a sua essência de exploradora da relação capital/trabalho,

⁵ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

umentou e intensificou a sua jornada de trabalho. A disparidade entre o crescimento da renda capitalistas, o crescimento da massa salarial seguiu-se na extração articulada de mais-valia absoluta e relativa, instaurou as formas de trabalho existentes nos primeiros momentos do capital como o trabalho forçado e em alguns casos escravo (NETTO, 2012).

A instauração do capitalismo originou uma possibilidade no desenvolvimento das forças produtivas, que permitiu a otimização da relação homem/natureza, instaurou um mercado mundial que possibilitou a alternativa do gênero humano tomar consciência da sua unidade. Teve a possibilidade concreta da superação da pré-história da humanidade, mediante a criação do proletariado. “Na revolução que abre o passo à sociedade fundada na “livre associação de livres produtores”, “onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (NETTO, 2012, p. 217). Porém de acordo com Netto (2012), para Marx o desenvolvimento capitalista tem seu avanço fundamentado na barbárie, inclusive na destruição da natureza. Para o autor a ordem tardia do capital não tem mais condições de propiciar alternativas progressistas para a classe trabalhadora.

O tardo-capitalismo tem como sua principal especificidade a produção destrutiva, e como fenômenos ou exaurimentos dos recursos naturais com a centralização monopolista da biodiversidade, pelos crimes ambientais, e no campo social a manipulação das consciências da classe trabalhadora pela mídia.

O novo assistencialismo⁶, ou a nova filantropia tornou-se a configuração em que o Estado burguês repressivo encontrou através das parcerias público privadas a configuração das políticas sociais implementadas nos anos de 1980/1990 para enfrentar o quadro de pauperização contemporânea da *questão social* (NETTO, 2012).

A instituição do sistema de parcerias entre o Poder Público e pessoas de direito privado, Simões (2009), teve sua origem no governo de Margaret Thatcher na Inglaterra no ano de 1992 com o pretexto de investimento do setor privado no setor público, teve como fundamento a política pública do neoliberalismo e generalizou-se nos demais governos capitalistas.

Constitui-se em um sistema adstrito à falta de recursos públicos, para o financiamento de obras de infraestrutura material, sob a justificativa de que o retorno

⁶ [...] a ação assistencial é vista como a filantropia da sociedade, não exigindo e nem caracterizando a ação de um profissional. Ou melhor, operar como um assistente social, nessa perspectiva, consiste em realizar algo que não seja assistência. [...] a ação assistencial ao nível do senso comum é compreendida pelas circunstâncias imediatas. [...] entende-se que está em questão o conteúdo e a forma de prestação de serviços. Isto é, nas situações em que o assistente social é o intermediador direto do serviço, este reproduz a tutela: o assistencial. Com isso considera-se que a ação só é profissional quando o aconselhamento, a reflexão e os conteúdos ideológico e educativo forem preponderantes. [...] (SPOZATI, 1998, p. 55-56).

econômico e social seria maior do que se tais recursos fossem diretamente investidos pelo Poder Público. Segundo essa concepção, a participação do capital privado, em investimentos de infraestrutura[...] geraria mais benefícios aos usuários do que a aplicação direta de recursos públicos (SIMÕES, 2009, p. 433).

A parceria se dá através de um contrato de parceria público-privada entre o Estado (representando a administração pública), as empresas privadas, tem a finalidade de implantar ou gerir, total ou parcialmente, os serviços empreendimentos, atividades que sejam de interesse público, em que o financiamento, a responsabilidade do investimento e sua exploração sejam do setor privado.

Essas empresas assumem os riscos econômicos em seus investimentos, por isso Simões (2009), diz ser inaplicáveis as políticas públicas de assistência social.

Perante o exposto, Netto (2012), traz que esse novo assistencialismo, não está defronte a tradicional filantropia de base confessional e/ou laica que marcou a assistência social emergente do século XIX nem dos programas protetores ou de promoção social que institucionalizaram se pelo Estado através do *Bem-Estar Social*. A política social agora destinada aos considerados excluídos não tem como objetivo a pretensão de erradicar a pobreza, mas apenas de atenuar paliativamente a penúria mais extrema, ou seja, a pobreza absoluta (extrema miséria).

Os programas de transferência de renda mínimas são implementados em alguns países capitalistas periféricos, onde não atuou-se nas transformações estruturais, atuantes em situações emergências e identificou-se como assistencialistas. Para Netto (2012), a assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da questão social constitui uma face contemporânea da barbárie. Os dados trazidos por Souza & Teles (2021), retratam a conjuntura mais recente na realidade brasileira e explicitam as manifestações da questão social nesse contexto.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE⁷ (2021), aponta que, durante o primeiro trimestre de 2021, houve cerca de 91,2 milhões de brasileiros nas condições de desocupados e fora da força de trabalho (SOUZA & TELES, 2021, p. 54).

Analisar a realidade social brasileira pelo seu processo sociohistórico através de relações sociais como o acesso a propriedade privada da terra, a desigualdade nas oportunidades, escancara o racismo estrutural que permanece nas relações de trabalho e acesso as políticas públicas sociais.

Ao analisar-se a situação de trabalho e renda, observa-se que dos desempregados a população negra representa 64,2% do total de desocupados e 66,1% do total de

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

subutilizados (PNAD/IBGE, 2021) [...] 15% dos negros que estavam empregados, no primeiro semestre de 2020, perderam o emprego. Para os trabalhadores brancos, o percentual foi de 10%. Ademais, o número de trabalhadores negros em ocupações informais era de 47,3% enquanto o de brancos era de 34,6% (SOUZA & TELES, 2021, p. 54).

[...] pessoas brancas ocupadas tiveram salário 73,9% superior ao da população negra (R\$ 2.796 contra R\$ 1.608). Entre os trabalhadores com nível superior completo, brancos ganhavam, por hora, 45% a mais que os negros. Quanto a distribuição de renda, os negros representaram 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos, e apenas, 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos (SOUZA & TELES, 2021, p. 54).

É nas relações sociais que a questão racial entra em evidência na desigualdade social, na forma como a população negra acessa a riqueza gerada, na permanência no acesso ao trabalho, à educação e a saúde. É neste contexto de empobrecimento e da omissão do Estado para com a classe trabalhadora que se insere as empresas, ações sociais, preocupadas com os problemas sociais, conhecidas como terceiro setor no qual conheceremos a seguir.

3 CONFIGURAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Esta seção irá tratar de uma breve contextualização do terceiro setor inserido na sociedade capitalista, focando nos conceitos trazidos por Affornalli (2000), Montañó (2008) e Amaral & César (2009) entre outros, e destacando suas características principais.

O objetivo deste capítulo é trazer uma maior compreensão de como o terceiro setor (estabelecido na realidade brasileira) pode contribuir nas respostas as expressões da questão social. Busca-se também refletir sobre a atuação da (o) assistente social nesta área.

Convida-se aqui a pensar nas mudanças que afetam o cotidiano das famílias, a esfera do Estado, das políticas sociais, analisar como o terceiro setor estabelece as novas mediações no tratamento as expressões da questão social e como a profissão age diante do seu objeto de trabalho.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS À EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR

Após a Segunda Guerra Mundial, o continente europeu passou por um processo de reconstrução devido a destruição e o desemprego causado pela guerra entre 1939 a 1945. O Estado, principalmente nos países da Europa Ocidental interviu no restabelecimento dos

meios de produção, com o propósito de reduzir as desigualdades sociais causadas pela guerra, em contraposição ao ideário liberal⁸. Neste contexto, surge o chamado Welfare State, ou *Estado de Bem-Estar Social*, que significava a realização de um conjunto de intervenções que se desdobravam em empregabilidade e asseguravam condições mínimas de existência para a classe trabalhadora, como a saúde, moradia, alimentação, educação e renda (AFFORNALLI, 2000).

Entre o ano de 1945 a 1973 se defendia uma presença mais ativa do Estado através do “modelo keynesiano⁹” período este que ficou conhecido como o Estado Intervencionista. Havia uma expectativa de que o Estado poderia harmonizar a gestão democrática da economia, a propriedade dos meios de produção, gerando emprego, redistribuição de renda e atender as necessidades da classe trabalhadora ao fomentar o consumo popular. O Estado tinha a função de regular o mercado e ser provedor dos conflitos sociais (AFFORNALLI, 2000).

Esse Estado social-liberal é marcado por um assistencialismo e clientelismo típico desse novo liberalismo social. O Estado deixa a postura abstencionista de não ter nenhuma preocupação social e econômica e passa a intervir no domínio econômico, regulando e, em alguns casos, exercendo atividade econômica, passando a assistir a clientela permanente do Estado, ou seja, os excluídos do sistema social e econômico, necessários à existência do sistema capitalista (AFFORNALLI, 2000, p. 34).

Vários Estados aderiram ao modelo de *Bem-Estar Social*, adotaram políticas intervencionistas aumentando sua carga tributária. Para atender as políticas sociais, interviam e regulamentavam medidas que tinham por objetivo igualar os cidadãos nas relações sociais.

Neste período o poder executivo foi fortalecido, pois instrumentalizou o papel do Estado junto à sociedade, com a reapropriação do Estado nas áreas que antes pertenciam à sociedade civil burguesa, porém com o tempo o Estado passou a ter dificuldades em cumprir as responsabilidades adquiridas.

Cabe ressaltar que diante do contexto social, econômico e político de cada país este Estado intervencionista não se processou de forma igual em todos os lugares. No contexto brasileiro, Vieira (2007), o país não vivenciou o Estado *de Bem-Estar Social*, tendo como modelo o Estado desenvolvimentista, com alguns avanços em algumas políticas. No entanto, a

⁸ O projeto/processo neoliberal representa, [...] a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecnológico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “reforma do estado” (MONTAÑO, 2008, p. 26).

⁹ [...] a meta keynesiana do “pleno emprego” - e manter um certo padrão salarial, negociando com as diversas categorias de trabalhadores, por intermédio da representação sindical. Coube ao Estado viabilizar salários indiretos por meio das políticas sociais públicas. Esse acordo entre Estado, empresariado e sindicatos envolveu uma ampliação das funções do Estado no campo das políticas públicas (IAMAMOTO, 2013, p. 30).

crise do capital que leva à derrocada do Estado de *Bem-Estar Social* na Europa, atingiu de maneira, ainda mais profunda, as nações periféricas. Como apontado no primeiro capítulo, a partir da interlocução com Netto (2012), a crise do capital da década de 1970, teve como consequência exigências de reforma do Estado¹⁰ impostas pelo capital.

Com o avanço da globalização¹¹, agravou-se as capacidades regulatórias do Estado.

Os primeiros sinais da suposta crise do Estado Intervencionista iniciaram na segunda metade da década de 1960 e no início da década de 1970, uma vez que essa forma estatal não conseguiu permanecer, diante das “contradições inerentes ao capitalismo” [...] que se materializavam, ainda segundo o autor, pela “rigidez dos compromissos do Estado, rigidez nos mercados [...] e a flexível política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável” [...], pois as necessidades do sistema do capital sempre devem prevalecer com relação ao atendimento das necessidades básicas da população (AFFORNALLI, 2000, p. 35).

O Estado reduziu as suas funções como regulador, privatizou bens públicos, terceirizou suas funções e criou espaço para a ideologia neoliberal, que agora é visto como protetor dos direitos sociais (SIMÕES, 2009).

A crise desse padrão de acumulação, ocorreu em meados dos anos 1970, onde a economia mundial apresentou sinais estagnação, aumento da inflação e a mudança de poder, redimensionou as novas formas de acumulação capitalista (IAMAMOTO, 2013).

Junto com a retração econômica, se reduziu os direitos sociais, se privatizou os serviços essenciais como a saúde e o seguro social; promoveu-se reformas administrativas e permitiu-se o envolvimento da sociedade civil nas tarefas de administração pública, descentralizou o Estado. Isso fez com que a sociedade civil tivesse maior participação e incentivo na criação de estruturas comunitárias de assistência e no controle social através dos conselhos.

¹⁰ Com direta inspiração no Consenso de Washington [...] propõe a partir do seu ministério, a Reforma do Estado, abarcando quatro frentes: 1. a reforma administrativa, supostamente para desburocratizar e reduzir a máquina estatal; 2. a reforma da previdência; 3. as privatizações; 4. a publicização, que sob o pretexto de chamar a sociedade à participação, procura transferir as questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (MONTAÑO, 2008, p. 112).

¹¹ O processo de globalização se deu em três períodos: [...] O primeiro período, marcado pelo processo expansionista dos descobrimentos por via marítima do século XV, é caracterizado pela conquista, exploração e colonização das terras além-mar e confronto com os novos povos. O [...] segundo período da globalização contribuiu, no século XVIII, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. O terceiro período a manutenção do processo de industrialização e a conseqüente estruturação das cidades exigiram a utilização de novas fontes de energia, como a eletricidade e o petróleo, bem como a inovação dos meios de transporte — com a construção de caminhos de ferro, a navegação mercantilizada, os transportes aéreos — complementadas pelo rápido desenvolvimento da ciência e das tecnologias de informação e comunicação (RAMALHO, 2012, p. 347-348).

[...] O Estado, apesar de reduzir formalmente, passou a expande-se para dentro da sociedade civil, por meios de bens simbólicos (ideias e símbolos de participação, solidariedade, comunitarismo, [...]) De um lado, o Estado retraiu-se politicamente devolvendo a sociedade civil suas tarefas administrativas[...] a aparente despolíticação do Estado e a desestatização política da regulação social, mais vasta que o Estado, mas de que ele é articulador[...] integrando um conjunto híbrido de fluxos redes e organizações, em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais (SIMÕES, 2009, p. 450).

A partir da década de 1970, com a crise do petróleo, o enfraquecimento do Estado, o modelo *neoliberal*¹² trouxe como meio de superação da crise a expansão e a acumulação do capital, tendo como consequência o aumento de riqueza. De acordo com os neoliberais o Estado devia privatizar as estatais e serviços públicos e se ausentar dos setores onde é o único a atuar e deixar o ao setor privado atuar na livre concorrência de mercado, reduzir sua atuação na área social deixar que a classe trabalhadora arcasse com a subsistência dos serviços públicos utilizados. O neoliberalismo então propõe uma precarização de direitos como reforma das leis trabalhistas, reforma da previdência, redução da presença Estatal nas políticas públicas e redução do poder sindical.

Para os neoliberais, a causa da crise ocorreu devido a interferência dos sindicatos na causa operária, que devido às suas reivindicações sobre os benefícios trabalhistas e sua pressão para que o Estado aumentasse os gastos sociais, gerando assim uma crise de mercado e afetando o lucro das empresas. O Estado então deveria se comprometer com a estabilidade monetária, tendo a contenção de gastos com as políticas sociais, rompendo com o poder dos sindicatos.

As transformações no mundo do trabalho vêm acompanhadas de profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciadas na reforma do Estado, exigidas pelas “políticas de ajuste”, tal como recomendadas pelo Consenso de Washington¹³. Em função da crise fiscal do Estado em um contexto recessivo, são reduzidas as possibilidades de financiamento dos serviços públicos; ao mesmo tempo, preceitua-se o “enxugamento” dos gastos governamentais, segundo os parâmetros neoliberais (IAMAMOTO, 2013, p. 34).

¹² O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte [...] foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995, p. 1).

¹³ Com intuito de orientar esse processo - fundamentalmente nos países periféricos -, em novembro de 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina. [...]. As recomendações desta reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual [...] (MONTAÑO, 2008, p. 29).

O Estado então perde parte do seu poder de regulador, privatizou suas atividades, fortaleceu os poderes privados, continuou a intervir em prol do capitalismo, fez reformas e reduziu os direitos do cidadão, privatizou serviços públicos, minimizou as questões sociais.

Nas economias periféricas o neoliberalismo vingou com mais profundidade, fez com que na década de 1990 se tornasse mais hegemônico em grande parte da América Latina com a desregulação, aumento do desemprego, privatização dos bens públicos.

Com o aumento da inflação e o fortalecimento da ideologia neoliberal ocasionado pelo esgotamento da industrialização substitutiva das importações e pelas políticas desenvolvimentistas, acentuou-se a crise na acumulação capitalista. “Assim, é possível afirmar que a crise fiscal do Estado na América Latina foi resultado de dois fatores: a insistência na estratégia da industrialização baseada na substituição das importações e o excessivo endividamento externo” (AFFORNALLI, 2000, p. 40).

Desde 1929 no Brasil se buscou pela substituição do modelo primário exportador, incentivou-se a industrialização da economia nacional em substituição às importações, transformou-se a estrutura produtiva do país. Como consequência, o modelo de política econômica resultou no endividamento público, com a dívida externa para com os órgãos fornecedores de empréstimos internacionais, não acompanhando a concorrência internacional já consolidada (AFFORNALLI, 2000).

Outro fator que agravou a crise brasileira foi a alta do aumento do petróleo ocorrida na década de 1970, o aumento dos juros norte-americanos, a retirada do capital estrangeiro para os países de origem ocasionando a estagnação econômica e a alta da inflação.

Nesse contexto, o Fundo monetário internacional (FMI) e o Banco mundial tiveram o papel importante no refinanciamento e reprogramação da dívida, diante do comprometimento das medidas de austeridade impostas no acordo. “O sentido neoliberal do ajuste estrutural capitalista dos anos 1990 foi sendo delineado na década anterior, na periferia do mundo do capital, de uma forma generalizada, e no Brasil em particular” (BEHRING, 2003, p. 147 apud AFFORNALLI, 2000, p. 42).

Paralelamente ao avanço neoliberal, ocorreu no Brasil a transição democrática¹⁴, oriunda dos movimentos populares, da classe trabalhadora e da própria classe média que influenciou na construção da Assembleia Constituinte. A Constituição da República de 1988 trouxe um avanço significativo no campo dos direitos sociais no Brasil, no entanto as

investidas no neoliberalismo não permitiram os avanços sociais conforme estabelecido na Constituição.

Os direitos universais transformaram-se em uma configuração minimalista de acesso aos direitos. Ressalta-se que os setores da sociedade tiveram importante papel na transição democrática que permitiu avanços sociais no entanto estas não foram suficientes para a realização dos direitos mesmo estando formalmente na Constituição da República de 1988 pois a partir dos anos de 1990 a ideologia neoliberal impediu a efetiva atuação do Estado na garantia de políticas sociais.

Diante disso, Amaral & César (2009), enfatiza que no contexto brasileiro, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988¹⁵, no início dos anos 1990, foi intensificado a utilização de expressões como sociedade civil e o terceiro setor para atender a questão social. “Sendo esta “nova forma de gestão social” fundamentada na solidariedade, na cooperação voluntária e no compromisso cívico com as necessidades coletivas” (AMARAL & CÉSAR, 2009, p. 1). Contrapondo a atuação estatal, acusada de ser burocrática e ineficiente, o capital ao propor a *reforma estatal* traz o conceito de um espaço que seria composto pela sociedade civil, capaz de atender as necessidades sociais da sociedade tendo como base a cidadania e espírito comunitário.

Aqui se destaca a solidariedade, um dos fundamentos do terceiro setor, que desde então era identificada como um elemento aglutinador dos indivíduos, que motivados pelas condições pouco igualitárias criadas pelo capitalismo, realizavam ações de caráter assistencial (AFFORNALLI, 2000, p. 33).

O Estado mínimo passou a ser defendido como justificativa de que o Estado não possuía recursos suficientes para atender os benefícios da classe trabalhadora. Affornalli (2000), relata que os cortes neoliberais foram implantados com o pressuposto que o Estado intervencionista seria o responsável pelos desajustes econômicos, no entanto mesmo seguindo as determinações dos órgãos financeiros internacionais o país não teve a retomada do crescimento.

“Essa situação propiciou a formação de uma corrente privatista de defensores do terceiro setor que o contrapõe ao Estado[...] sob a alegação de ineficiência e incapacidade para

¹⁵ Os dispositivos inseridos na Constituição de 88 buscavam superar o padrão restritivo de proteção social promovido pelo Estado brasileiro durante o período desenvolvimentista, no qual a inserção dos indivíduos, seja nos momentos democráticos seja nos autoritários, estava vinculado a sua posição na estrutura produtiva do país e sujeito a práticas clientelistas. Nesse sentido, o modelo de proteção social vislumbrado pela Constituição caracterizou-se pela universalização de direitos sociais, entendida como um conjunto de leis que visava expansão da oferta de serviços e benefícios sociais para toda a população em quantidade e qualidade (TESSAROLO & KROHLING, 2011, p. 5).

cumprir os seus designios sociais” (SIMÕES, 2009, p. 457). Acusa-se o Estado de desviar os tributos recolhidos para outras finalidades. Porém a justificativa não procede, pois, a maior parte das entidades e organizações dependem do financiamento do Estado para seu funcionamento (SIMÕES, 2009).

Os neoliberais defendem um Estado mínimo nas políticas de atuação social, retração de programas universais. Os direitos sociais passaram então, a medida que vão sendo desmontados enquanto política pública, a depender de ações filantrópicas pela sociedade civil e entidades privadas que passam a ocupar espaços que deveriam ser ocupados pelo Estado. A despeito disso Affornalli (2000) esclarece que:

É um modelo de Estado mínimo que apela para a solidariedade através de diversos programas sociais que envolvem a comunidade solidária e onde a sociedade civil é chamada para assumir a responsabilidade de realizar serviços sociais atribuídos à ação do Poder Público e pelo Estado neoliberal desprezado, aumentando consideravelmente as atividades das organizações do terceiro setor, voltadas à produção de atividades tipicamente públicas e também privadas, sem possibilidade de transferência da lucratividade (AFFORNALLI, 2000, p. 35).

No contexto brasileiro, o Estado devido às conquistas sancionadas na Constituição Federal de 1988 teve sua responsabilização na proteção e garantia dos direitos sociais, sendo alvo do conservadorismo que culminou em uma revisão constitucional (AMARAL & CÉSAR, 2009).

As propostas redistributivas foram tensionadas pelas pressões exercidas para a abolição do controle estatal sobre o movimento do capital e as condições de uso da força de trabalho, bem como para a privatização das atividades do Estado no campo econômico e social (AMARAL & CÉSAR, 2009, p. 1).

A partir dos anos 1990, com o avanço da globalização, os direitos sociais recém conquistados na constituição brasileira passam a ser alvo da crítica neoliberal que contraria as políticas sociais que defendem a universalização. O neoliberalismo reforça o crescimento da focalização, na criação de critérios para o acesso as políticas sociais no Estado justificam a diminuição da desigualdade social através da redução de gastos do Estado, mesmo que aja redução nas áreas de Seguridade Social. Há nesse período um avanço na atuação de empresas e instituições que caberia a Assistência Social atuar, avançam com seus programas de responsabilidade social tendo seus próprios princípios para a sua atuação.

Cabe diante desse fato, compreender como se dá a atuação das organizações que compõe o terceiro setor mais especificamente na realidade social brasileira.

3.2 Problematizações acerca do conceito de terceiro setor e suas características no Brasil

O ponto de partida para as reflexões trazidas nesse TCC, como assinalado, foi a vivência no processo de estágio obrigatório realizada em uma instituição do terceiro setor, a Ação Social, a qual não recebe repasse estatal e depende em sua maior parte da doação da sociedade civil. Assim, problematizar os elementos que caracterizam o terceiro setor é fundamental para elucidar aquela realidade empírica.

Uma importante referência no debate acerca do terceiro setor, “o debate do “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico claramente aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal” (MONTAÑO, 2008, p. 52).

É importante para entender o conceito ideológico do terceiro setor observar o fenômeno real em sua essência, constituindo elementos fundamentais para a compreensão do processo neoliberal em sua alteração da categoria de trato à questão social. Assim podemos entender que:

A mistificação de uma sociedade civil (definida como “terceiro setor”), “popular”, homogênea e sem contradições de classes (que em conjunto buscaria o “bem-comum”) e em oposição ao Estado (tido como “primeiro setor”, supostamente burocrático, ineficiente) e ao mercado (“segundo setor”, orientado pela procura do lucro) contribui para facilitar a hegemonia do capital na sociedade (MONTAÑO, 2008, p. 15).

Segundo Montaña (2008) para alcançar a transformação social é necessário que haja condições objetivas, sejam elas estruturais e conjunturais e subjetivas, no âmbito de consciência de classe para si em sua organização. Engana-se pensar que somente as contradições que emanam a dinâmica do capital e suas crises irão prover a modificação do modo de produção capitalista, além de supor que somente a intenção dos sujeitos e grupos subalternizados transformarão a sociedade. Assim, numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de “terceiro setor” refere-se [...] a um fenômeno real inserido na [...] reestruturação do capital, pautados [...] nos princípios liberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de respostas às sequelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da autoajuda e da ajuda mútua (MONTAÑO, 2008, p. 22).

A função social deixou de ser responsabilidade do Estado passou para a auto-responsabilidade dos próprios sujeitos, da filantropia e da ação voluntária solidária das organizações. “A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal), [...] e um direito do cidadão” (MONTAÑO, 2008, p. 22), passa-se a lógica neoliberal, agora uma opção do voluntariado e não mais na perspectiva do direito.

A retirada da órbita do Estado, as políticas sociais são transferidas para o mercado e/ou alocadas na sociedade civil, direcionadas para as parcelas mais vulneráveis da população

e descentralizadas administrativamente, através da municipalização e das parcerias com diversas organizações sociais (MONTAÑO, 2004).

Retira-se as condições reais de efetivação e concretização da construção e ampliação da democracia e cidadania. Por outro lado, o Estado é visto como uma máquina ineficiente e burocrática transfere-se (segundo o pensamento neoliberal) a sua responsabilidade para um setor mais eficiente, popular e democrático.

Haveria então uma compensação pela ampliação do sistema privado “mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópicos-voluntários (do chamado terceiro setor) (MONTAÑO, 2008, p. 22). Ficando o setor empresarial voltado para a área da saúde e previdência social enquanto, o terceiro setor volta-se para a Assistência Social.

Enquanto o Estado focaliza em medidas paliativas e pontuais, obscurece os reais fenômenos retira-se os debates sobre eles: “a desregulação da relação capital/trabalho, o esvaziamento dos preceitos democráticos, a anulação da perspectiva de superação da ordem, a precarização do trabalho e do sistema de proteção social (estatal) ao trabalhador e ao cidadão carente” (MONTAÑO, 2008, p. 23).

O propósito de distanciar a atuação estatal de sua intervenção na questão social e repassar ao terceiro setor, não sucede por razões de eficiência, nem por motivos financeiros. O motivo, seria pelo aspecto político-ideológico: “[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento” (MONTAÑO, 2008, p. 23).

Tirou-se a responsabilidade do capital e criou-se a transição de responsabilidades e, por conseguinte precarizou-se e focalizou a ação social estatal e do terceiro setor, sendo assim lucrativo para o mercado. “Por outro lado, certas organizações e entidades, são organismos que podem revelar-se [...] mais aptos que o Estado para tais atividades, pois tem rica experiência social e contato direto com a população carente” (SIMÕES, 2009, p. 457).

O conceito terceiro setor é entendido por várias perspectivas: “A perspectiva de análise hegemônica parte de traços superficiais, epidérmicos do fenômeno que o mistificam e o tornam ideológico” (MONTAÑO, 2008, p. 51). Essa perspectiva não considerou a análise da totalidade social, e tem sua inspiração no neopositivismo, considerou-se as fundações, movimentos sociais, Organizações não Governamentais (ONGs), desconsiderou-se a reestruturação (transformação) de produção do capital e a própria reforma do Estado.

Por outro lado, tem como ponto inicial de sua análise a perspectiva da totalidade social, considera-se a crise e a reestruturação do capital ocorrido no fim do século XX sob o contexto neoliberal. “Uma coisa é o “conceito hegemônico” de “terceiro setor” e outra, [...] é o “fenômeno real” em questão” (MONTAÑO, 2008, p. 52). É preciso compreender a essência do fenômeno, seu movimento geral na realidade, considera-se a partir da análise histórica desvenda-se o que está imbricado no objeto em questão.

“O “terceiro setor não é um termo neutro”, ele tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal”[...] (MONTAÑO, 2008, p. 53).

O terceiro setor foi fundamentado, nos interesses de classe, surgiu nos Estados Unidos, em 1978 por John Rockefeller III, chegou ao Brasil por intermediação da Fundação Roberto Marinho. “O conceito de terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” (MONTAÑO, 2008, p. 53).

Diante de uma perspectiva liberal, funcionalista o termo foi constituído “a partir de um recorte social em esferas: o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor)” (MONTAÑO, 2008, p. 53). Em um conceito reducionista como se o "político" pertencesse à esfera estatal, o "econômico" ao âmbito do mercado e o “social” ficasse com a sociedade civil. Diante disso, Montañó (2008), elenca as principais debilidades sobre o conceito hegemônico.

[...] supostamente, o terceiro setor, teria vindo para resolver um problema de dicotomia entre público e privado. O público identificado [...] como Estado e o privado [...] como mercado - concepção claramente de inspiração liberal (MONTAÑO, 2008, p. 54).

O Estado atende os anseios da classe burguesa e o mercado busca somente o lucro, ao terceiro setor ficaria aos anseios às demandas sociais.

Assim o conceito de terceiro setor foi expandido durante as décadas de 1980 e 1990, superou o dualismo entre a esfera público e privada e da paridade público/estatal. Para o autor, Montañó (2008), alguns autores trazem que o terceiro setor seria o *primeiro setor* em referência a sociedade civil, sendo que a sociedade que comporia as instituições, o mercado, o Estado etc. Em face do exposto, Montañó (2008), enfatiza aqui a primeira debilidade conceitual.

Quando os teóricos do “terceiro setor” entendem esse conceito como superador da dicotomia público/privado, este é [...] o verdadeiro setor, após o Estado e o mercado,

primeiro e segundo, respectivamente; o desenvolvimento de um “novo”setor que viria dar respostas que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar (MONTAÑO, 2008, p. 53).

Para Simões (2009), o terceiro setor,

[...]resulta da expansão das atividades de interesse público, sem alterar sua natureza, no setor privado. Na primeira instância, apresenta-se como uma decorrência da complexidade e da diversidade social que a globalização produz incessantemente, [...] nos seus processos de exclusão social (SIMÕES, 2009, p. 452).

Se o termo foi cunhado nos Estados Unidos da América (EUA) na transição dos anos 70 para os 80, ele vem diretamente ligado a outro conceito: a filantropia¹⁶. Dessa forma, traz em evidência a segunda debilidade teórica a falta de precisão na caracterização deste setor, é questionado pelo autor se os movimentos sociais, indígenas e insurrecionais são inseridos nesta categoria. À medida que não pertencem ao Estado e ao mercado, estes devem ser tratados como terceiro setor? (MONTAÑO, 2008).

O referido autor considera que somente grupos de manifestações pacíficas comporiam o terceiro setor e não organizações de maior impacto nesse confronto, além de outros autores não se posicionarem sobre este fato fica esta dúvida conceitual, não tendo conceito em sua resposta. A terceira debilidade encontrada por Montañó (2008), é “um conceito que antes confunde do que esclarece” (MONTAÑO, 2008, p. 56).

Se por um lado “as organizações não governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da Sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, [...] as instituições religiosas [...] O conceito parece reunir tanto o Green Peace (de defesa ao meio ambiente, com táticas radicais) [...]como a Federação das indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) [...] (MONTAÑO, 2008, p. 56).

Ela reúne no mesmo setor a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) como a Fundação Roberto Marinho, as ações de caridade individual. Nessa perspectiva Montañó (2008), problematiza ao afirmar que em um mesmo setor pode haver entidades políticas de interesse econômico, político ou cultural, antagônico. Mesclando diversos “sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos contrários e até contraditórios” (MONTAÑO, 2008, p. 56).

A quarta debilidade trazida por Montañó (2008), do termo: o caráter não-governamental, autogovernado' e não-lucrativo em questão. Atenta-se ao fato que quando as chamadas organizações não governamentais (ONGs) são por muito contratadas pelo governo

16 O III Encontro Ibero-Americano do terceiro setor, organizado no Rio de Janeiro, em 1996, pelo Gife, e que introduziu no Brasil o conceito de terceiro setor, é continuidade do primeiro e segundo encontros Ibero-Americanos de Filantropia, organizados na Espanha e México [...] (MONTAÑO, 2008, p. 56).

de forma terceirizada tendo muitas vezes a sua função autogovernada. Isto é o Estado passa a agir seletivamente escolhe-se uma entidade e não a outra a depender se a elas atendem a política de determinado governo, não tem sua autonomia e gerenciamento em seus projetos.

Por conseguinte, o caráter de não lucratividade, muitas empresas mantêm áreas de suas empresas destinadas às áreas sociais, recebem isenção de impostos, tem sua marca divulgada, obtém indiretamente seus fins lucrativos, através de parcerias. Portanto:

O termo “terceiro setor” não reúne um mínimo consenso sobre a sua origem nem sobre a composição ou suas características. Tal dissenso é clara expressão de um conceito ideológico que não dinâmica da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico (MONTAÑO, 2008, p. 59).

O Capital em decorrência de suas crises cíclicas, busca reestruturar seu processo de acumulação. Nesse contexto o terceiro setor passa a ser um ambiente propício para a inserção do capital, através da gestão e administração dos recursos destinado as áreas sociais. Nesse processo é difundido através do pensamento neoliberal mudanças nos ajustes fiscais impostos pelos organismos financeiros mundiais aos países que estão em processo de desenvolvimento.

Estes ajustes focalizam o seu processo através das reformas estruturais desregulam mercados, privatizam o setor estatal (reduzem a presença do Estado) nas áreas sociais com o pretexto de um desenvolvimento sustentável (AMARAL & CÉSAR, 2009).

De acordo com as autoras, neste espaço público de atuação privada, as empresas são inseridas com seus investimentos em responsabilidade social, utilizam-se de sua visibilidade para a sua autopromoção. Desenvolvem e financiam atividades assistenciais com o intuito de se autopromover como empresas empenhadas com a qualidade de vida da população conciliam com o interesse ao lucro ao mesmo tempo tendo ética na sua atuação.

As empresas passaram então a se afastarem da tradicional filantropia e passam a ter metas, objetivos a serem alcançados através de seus investimentos sociais profissionaliza-se a sua atuação através das novas formas de gestão, planejamento, publicidade e captação de recursos.

Neste contexto insere se a atuação do assistente social no terceiro setor, tem por justificativa que a mistificação que a responsabilidade que antes seria estatal passa a ao âmbito privado.

Trata-se, portanto, de considerar o investimento do empresariado em programas de “responsabilidade social” como uma expressão da atual intervenção sociopolítica do Estado, sob a égide das reformas neoliberais, e um componente constitutivo da hegemonia burguesa no país (AMARAL & CESAR, 2009, p. 1).

O capital através do seu projeto político lançou-se na sua ofensiva através da reforma do Estado transferiu as atividades produtivas para o mercado e a prestação dos serviços sociais para a sociedade civil conhecido como terceiro setor, configurou-se um retrocesso social, uma contrarreforma (AMARAL & CESAR, 2009, p. 8).

O Estado transfere para o mercado e/ou para a sociedade civil a responsabilidade da criação e da inserção das políticas sociais, descentralizou administrativamente, fez parcerias com organizações sociais e municipalizou. “Configura-se [...] o trinômio articulado pelo ideário neoliberal no campo das políticas sociais: privatização, focalização e descentralização” (AMARAL & CÉSAR, 2009, p. 1).

A Seguridade Social recém conquistada como direito passou a subordinação aos ditames do capital, seguiu os parâmetros do mercado e a solidariedade da “sociedade civil”.

De acordo com Montaño (2008), a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em cinco de outubro de 1988, teve na Seguridade Social a regulamentação do direito do cidadão e a responsabilização do Estado para com este. Essa ausência na garantia do direito vai encontrar o projeto neoliberal que trouxe um outro modo de intervenção social tirou o direito de cidadania, retirou o dever do Estado, desonerou o capital e auto responsabilizou os indivíduos através da solidariedade na sociedade civil posta às necessidades sociais.

O questionamento aqui está em qual modalidade de intervenção na questão social, pretendemos defender. Aquela que constitua o direito de cidadania onde o Estado tem o dever de promover uma política pública que garanta o acesso aos bens, direitos e serviços estipulados constitucionalmente ou uma ação da sociedade civil solidária de auto responsabilização do indivíduo onde o Estado se aparta da sua obrigação social e onde se desonera o capital na sua função de financiamento da política pública.

Na sociedade capitalista no projeto neoliberal em que vivemos as refrações da questão social o sujeito passa a ser autor responsável pela condição em que vive necessitando da ajuda filantrópica, de organizações sociais, como a referida Ação Social. Assim como esclarece Montaño (2008, p. 22):

A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do cidadão, e passa agora, sob a égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e não-direito do portador de necessidades, o “cidadão pobre”.

Em um momento de urgência em busca de alimentos, onde o Estado neoliberal não atende a urgência do cidadão, a organização da sociedade civil pode atuar no acesso. No entanto, o acesso ao alimento não garantirá o acesso ao direito, fragiliza o direito constitucional de acesso aos serviços e limita a garantia e a estabilidade da prestação do serviço sem garantir a qualidade.

Cabe aqui ressaltar que o caminho paliativo não é a solução. O Estado deve, portanto, responder ao seu dever constitucional. Montaño (2008), ainda ressalta que o objetivo de desresponsabilizar o Estado e o mercado e passar ao terceiro setor não é por mera eficiência e sim de retirar da esfera da dimensão do direito universal do cidadão quanto às políticas sociais públicas, cria-se a auto culpa pela miséria e cria-se uma área lucrativa para os setores empresariais que agem com ações de responsabilidade social.

Segundo Affornalli (2000), o Plano diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE)¹⁷ e o programa comunidade solidária contribuíram para o crescimento das instituições do terceiro setor.

De acordo com essa reforma o modelo de administração gerencial traria maior eficiência ao Estado no atendimento às demandas sociais sob o pretexto que o Estado não é capaz de garantir sozinho os direitos sociais devem financiar e subsidiar os serviços sociais mediante parcerias com o terceiro setor.

O Estado então descentralizou e subsidiou os serviços, regulou, proveu e passou a execução por meio de parcerias com as organizações da sociedade civil. Diante dessas parcerias o Estado promoveu a sociedade civil como forma de atingir a cidadania. Atrou a solidariedade, a participação entre o Estado, a sociedade e o mercado.

O Estado deixou de cumprir a sua função social e passou para o setor privado, deixou de atender as camadas mais vulneráveis da população, retornou, portanto esta população a depender da filantropia, das organizações não governamentais e da Igreja Católica (AFFORNALLI, 2000).

¹⁷ Três dimensões compõe a reforma em questão [...]. Uma dimensão primordial que é institucional-legal, baseada na criação de instituições normativas e organizacionais, como agências executivas e organizações sociais, que constituem unidades descentralizadas de gestão. Uma segunda dimensão cultural, baseada na mudança dos valores burocráticos para os gerenciais. Uma última dimensão-gestão, para pôr em prática as novas idéias gerenciais, oferecendo à população “um serviço público de melhor qualidade, em que o critério de êxito seja sempre o do melhor atendimento do cidadão-cliente a um custo menor” [...] Os serviços sociais e assistenciais têm uma clara função social, não mensurável financeiramente; [...] não podem ser avaliados seguindo critérios gerenciais (regidos pela relação custo/benefício) nem empresariais (orientados pelo lucro) (MONTAÑO, 2008, p. 42)

Deslocam-se então para a sociedade civil as atribuições que antes pertenciam ao Estado, questões estas que faziam parte do campo do direito. A responsabilidade passa então do Estado para a família, ONGS e filantropia. Reafirmou-se que a solidariedade não é mais baseada em critérios da universalidade e igualdade dos direitos, mas na dependência de doações (FERNANDES, 2002). “[...] não se trata de um ressurgimento da velha filantropia, do século XIX. O que se presencia é a “filantropia do grande capital” resultante de um amplo processo de privatização dos serviços públicos” (IAMAMOTO, 2013, p. 43).

Essas novas ações de filantropia estão sobre as bases desenvolvimento das forças produtivas, evoca-se neste caso a solidariedade social através da parceria entre a sociedade civil e o Estado. No entanto essa parceria é incapaz de encobrir o outro aspecto do capital, que é a ampliação da reprodução da pauperização.

O terceiro setor, portanto que poderia complementar a atuação do Estado, passou a atuar nas fragmentações das políticas sociais e age como corresponsável desresponsabilizando o Estado. Assumiu-se e complementou-se, as funções sociais de responsabilidade do Estado, incentivando a cidadania entre a população.

É importante, que a participação da sociedade possa contribuir para o desenvolvimento da sua cidadania, através dos conselhos de direito, movimentos sociais por exemplo, que devem fazer o trabalho de base, na mobilização da classe trabalhadora ao Estado a responsabilização pelas políticas sociais.

O que se problematiza aqui é a responsabilização do indivíduo por sua condição social e econômica e reconhecer que a estado neoliberal, traz consequências para a classe trabalhadora, tendo menos políticas sociais, direitos sociais, mais liberdade para atuação do mercado, mais repressão e menos liberdade para a classe trabalhadora.

É nesse contexto que veremos a seguir, a experiência sobre o estágio obrigatório em uma instituição do terceiro setor. Nela observaremos a atuação do serviço social presente nesta instituição e qual sua importância para a comunidade atendida.

4 PERCEPÇÕES SOBRE AS RESPOSTAS À QUESTÃO SOCIAL DADAS PELO TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Nesta seção, objetiva-se caracterizar a Ação Social, entendida como uma instituição do terceiro setor, tendo por base os documentos elaborados durante o processo de estágio

obrigatório. As elaborações contemplarão ainda a contextualização da conjuntura em que foi realizado o estágio, a da pandemia de COVID-19.

Assim, busca-se evidenciar as contradições postas na realidade da classe trabalhadora catarinense, suas crescentes demandas por proteção social e os limites das respostas recebidas, por parte do Estado ultraneoliberal e conservador e por parte do terceiro setor, considerando as observações a partir da inserção na Ação Social.

4.1 AÇÃO SOCIAL E O ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO

Neste item será exposto uma análise de conjuntura, trazem-se alguns elementos que compõe a gravidade da crise social e econômica brasileira na atualidade. Em seguida será ilustrado, através dos dados levantados dos documentos de referência para este TCC, sistematizados em gráficos. Os reflexos sentidos pelas famílias que participam e/ou procuram a Ação Social em busca de alimentos e orientação para as suas demandas desde o início da pandemia, as quais são um exemplo da desigualdade e miséria que aumentam diuturnamente na realidade brasileira.

Durante o período pandêmico do COVID-19 analisou-se nos atendimentos realizados na Ação Social um aumento considerável na procura de atendimento aos trabalhadores informais ou que não possuem uma fonte de renda.

Com o avanço da pandemia de COVID-19, os primeiros casos ocorreram no Brasil no mês de março do ano de 2020. Com o aumento dos casos e mortes ocasionadas pela COVID-19, a classe trabalhadora foi levada ao afastamento do trabalho e ao isolamento social. Com o fechamento dos estabelecimentos, a fome e a insegurança alimentar apresentaram sinais de piora, em particular para a parcela mais empobrecida da população. Desta originam-se os usuários dos serviços prestados pela ação social em Florianópolis.

Acentuaram-se as questões de vulnerabilidade nessa população, a qual, conforme anotado pelo autor em seus documentos do estágio em que sua maioria tira o seu sustento na informalidade, realizando limpeza de quintais, faxinas, reciclados, entre outros. O isolamento causou a perda dessas frentes de trabalho, aumentou o número de pessoas da classe trabalhadora que procurou a Ação Social por alimentos e outros itens. Porém nota-se que os retrocessos na área alimentar já sofriam os declínios da crise econômica evidenciada no ano de 2014.

Posto isto, a procura por alimentos na Ação Social, e sua intensificação no período de COVID-19, se fez necessário entender a conjuntura econômica, política e social da realidade brasileira. Questões anteriores a COVID-19, como a insegurança alimentar, a fome, o desemprego tornou-se mais visíveis com a crise sanitária. É sensível o tema da fome, como uma expressão brutal da questão social.

As expressões sociais estão enraizadas na formação socio-histórica brasileira e o modo de produção capitalista fez agudizar essas desigualdades sociais (SCHAPPO, 2020).

A fome em seus diversos estágios, desde as fases mais amenas de subnutrição até os estágios de inanição reflete a negação de necessidades básicas do ser humano, expressando um estágio culminante de violação de direitos. A ausência do direito humano à alimentação envolve não apenas a falta de renda ou da disponibilidade de alimentos, mas de vários outros fatores, como o não acesso ao alimento, a falta de condições adequadas para produzir o alimento, o não acesso à terra, a falta de condições de saúde ou de habitação, entre outras (SCHAPPO, 2020, p. 1).

Evidencia-se o incentivo e o acesso a alimentos de forma justa tendo como prioridade a vida e não o lucro. É problematizado que através dos “conceitos de fome endêmica e epidêmica¹⁸ de Josué de Castro contribuíram para uma compreensão ampliada sobre os processos que engendraram a fome no Brasil” (SCHAPPO, 2020, p. 2) onde destaca-se que o fenômeno fome deve ser reconhecida como questão social, econômica e biológica.

Para Schappo (2020), ao analisar a obra de Castro (1965) o fenômeno fome deve ser analisado na forma coletiva que atinge as grandes massas humanas, considera-se a fome total, oculta ou parcial, observa-se as suas consequências alimentares como a subnutrição, desnutrição e até inanição absoluta. Pontua-se aqui que, em 2016, como medidas de austeridade implementadas pelo governo Michel Temer (2016-2018) realçou-se as mazelas sociais impostas pela capital. Como consequências disso destacam-se que:

Entre as ações adotadas destacam-se a redução de políticas sociais, de programas de transferência de renda, das contrarreformas da previdência e trabalhista, a redução de recursos do Programa de Aquisição de alimentos (PAA), a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019, entre outras (SCHAPPO, 2020, p. 3).

Com a redução de 76% nos recursos do – PAA, houve um aumento no índice da extrema pobreza que levou o retorno do Brasil ao mapa da fome. Cabe aqui ressaltar que no ano de 2014, devido às diversas políticas públicas que foram implementadas desde o ano de

¹⁸ Fome endêmica, muitas vezes oculta e expressa por estados de subnutrição, apresenta-se de forma constante, enquanto a fome epidêmica é marcada por situações de calamidade, sendo esta de caráter transitório. (Schappo, 2020, p. 2)

2003¹⁹, retiraram o país do mapa da fome (SCHAPPO, 2020). Dentre os principais fatores que contribuíram para os resultados positivos podemos destacar:

a redução das desigualdades, o aumento da oferta de alimentos; o aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real do salário mínimo e geração de empregos; o Programa Bolsa Família; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a alocação de 30% das despesas com compra direta de alimentos da agricultura familiar, a partir de 2009; O Programa de Aquisição de Alimentos, como parte do Programa Fome Zero (2003); Governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação, em 2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); entre outras medidas importantes (SCHAPPO, 2020, p. 4).

Essas medidas trouxeram um avanço na redução da desigualdade social, como acentua Schappo (2020, p. 95), considerando os dados da - FAO, 2019:

[...]Entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. No período entre 1990 e 2014, esse percentual foi de 84,7%[...]no período entre 2004 e 2014 26,5 milhões de brasileiros abandonaram a pobreza. A prevalência de desnutrição diminuiu de 11,9% no período 1999-2001 para menos de 2,5% no período 2008-2010 (FAO, 2019, sp. apud SCHAPPO, 2020, p. 95).

Já no governo de Jair Messias Bolsonaro (2018), a política neoliberal, priorizou o agronegócio, evidenciou os retrocessos em relação aos avanços no combate à fome. Dentre as medidas adotadas pode-se destacar a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, e a degradação da Política Nacional de Alimentação Escolar.

O governo Bolsonaro trouxe medidas que penalizaram a classe trabalhadora, dificultou-se o acesso aos benefícios e programas sociais. A destruição de políticas públicas na área de segurança alimentar junto com o aumento da inflação, aumentou o preço dos alimentos que compõem a cesta básica atrelados aos elevados índices de desemprego, somados à indiferença do Governo Federal frente a COVID-19 com isso acentuou a procura de alimentos na Ação Social.

É importante destacar que de agosto de 2020 a agosto de 2021 “a “segurança alimentar” é maior nos domicílios cujo responsável é o homem (52,5%) do que nos domicílios chefiados por mulheres (35,9%)” (FERNANDES & MOSER, 2022, p. 9).

Por outro lado, a insegurança alimentar grave é maior nos domicílios chefiados por mulheres (11,1%) e (7,7%) nos chefiados por homens. De modo geral as desigualdades, sejam elas econômicas, sanitárias e sociais se agravaram (FERNANDES & MOSER, 2022).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2021), o custo da cesta básica de alimentos sofreu um aumento

¹⁹ O Relatório da Organização das Nações Unidas para a alimentação e a Agricultura (FAO, 2019) destaca que a fome esteve na agenda política sendo prioridade do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

de (15,4%) na cidade de Florianópolis, chegou a custar o valor de R\$710,53 em novembro de 2021, o que equivale a (69,8%) do valor do salário mínimo.

Devido a desativação da política de formação de estoques reguladores, Dieese (2021), desmantelada desde 2016, o fechamento de 27 armazéns públicos estatais, a redução de recursos direcionados à agricultura familiar intensificou a fome do país.

No segmento de geração de emprego e renda, observa-se:

Além de desarticuladas, as medidas adotadas podem ser consideradas também prejudiciais, pois invés de buscar preservar os empregos e os salários dos trabalhadores, elas operam exatamente no sentido oposto, ou seja, para estimular o desemprego e rebaixar os salários (MATTEI & HEINEN, 2020, p. 657).

Entre as medidas adotadas pelo Governo Federal estão a alteração das regras da legislação trabalhista, através da Medida Provisória 936, teve como motivo a preservação dos empregos, onde os acordos individuais entre patrão e empregado prevaleceram pelo que estava legislado; a permissão do trabalho remoto; a concessão de férias com aviso antecedente em 48 horas; antecipação de feriados, além da suspensão de exigências administrativas na área de segurança ao trabalhador (MATTEI & HEINEN, 2020).

Com a inércia do Governo Federal frente a crise sanitária, em 28 de março de 2020 foi aprovado pelo Congresso Nacional através do decreto nº13.982 o Auxílio Emergencial temporário que consistia em um valor pago às famílias cadastradas no programa - CadÚnico.

Cabe aqui pontuar que muitas famílias que procuraram a Ação Social no período pandêmico relataram dificuldades em acessar os aplicativos para se cadastrarem e garantirem o auxílio.

Já no âmbito econômico, a população negra foi a mais afetada, tendo sua maior inserção no mercado de trabalho informal (MATTEI & HEINEN, 2020).

Segundo último informativo de Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil elaborado pelo IBGE, a informalidade atingia 48% dos trabalhadores pretos e pardos, enquanto apenas 35% dos brancos estavam sob tal condição laboral (MATTEI & HEINEN, 2020, p. 666).

São trabalhadores autônomos, informais em condições precárias sem o aparato dos direitos trabalhistas, parte deles trabalharam em funções que não funcionaram durante os períodos de lockdown²⁰, estando assim mais suscetíveis a COVID-19.

Diante do exposto observa-se que conforme Plano de Ação da ASPSMG (2019), eram atendidas 50 famílias, totalizavam 174 pessoas. Já no ano de 2021, conforme Silva

²⁰ Confinamento.

(2022), passou-se a atender 91 famílias isso acentuou a importância da Ação Social no atendimento das demandas aumentadas no contexto de crise agravada pela pandemia.

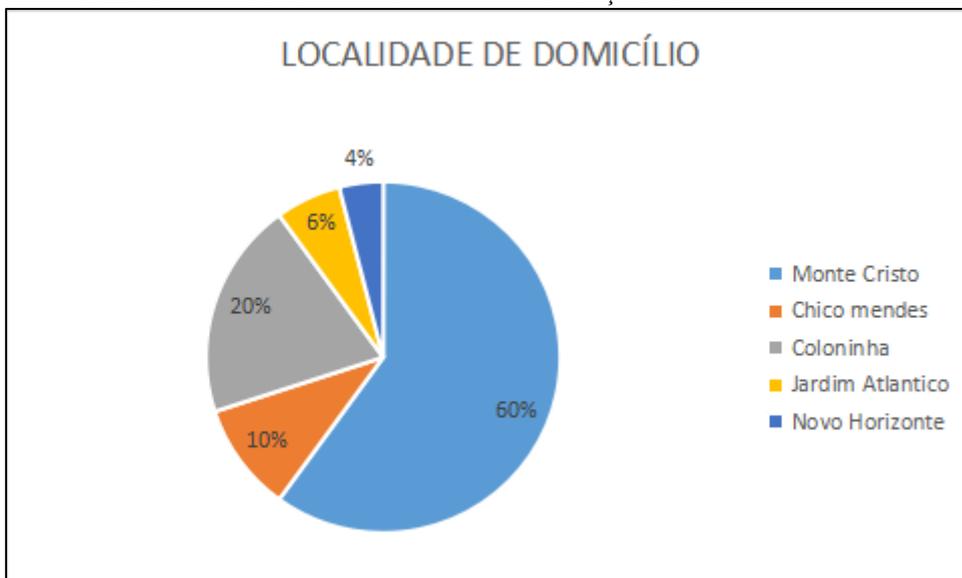
Visando as análises para o TCC, em fevereiro de 2022 das 91 famílias cadastradas foram selecionadas, aleatoriamente, as fichas de 50 delas para análise. Na sequência foi feita a leitura do material disponível para a identificação de informações que fossem relevantes para a pesquisa.

Após a obtenção dos dados e fundamentação teórica para a pesquisa quantitativa resultou-se na construção dos gráficos abaixo, com intuito de sistematizar os dados contabilizados (Minayo, 2001).

Dentre os dados levantados através dos formulários de atendimento analisados e registrados na análise institucional, destacou-se os seguintes aspectos: Localidade de domicílio, escolaridade, ocupação, gênero e tipo de moradia.

Com base nos dados coletados, a população atendida é oriunda da parte continental da cidade de Florianópolis, têm seu limite o município vizinho de São José. O gráfico abaixo ilustra estes dados:

Gráfico 1 - Localidade de Domicílio dos atendidos na Ação Social



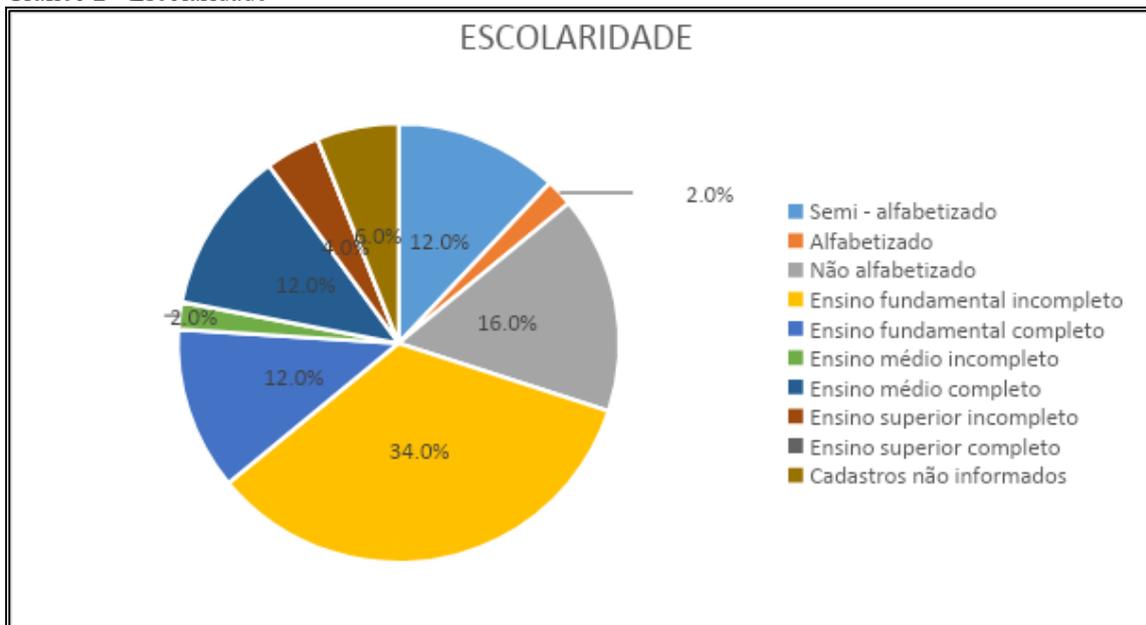
Fonte: Acervo pessoal (SILVA, 2022)

Segundo dados da ASPSMG (2019), anotados nos documentos do estágio, parte dessas famílias foram realocadas nos anos de 1990 das margens da via expressa localizada da parte continental do município de Florianópolis e abriga cerca de 15 mil habitantes.

Essas famílias migraram para a capital Florianópolis em busca de melhores condições de vida. Como maiores mazelas relatadas são a fome, em todas as suas formas, a opressão policial, a ausência do Estado em políticas públicas como inserção ao mercado de trabalho, acesso à segurança alimentar e educação.

A seguir no próximo gráfico foi constatado o baixo índice de escolaridade dos usuários. Nos atendimentos realizados, durante a entrevista para o cadastramento do usuário ao projeto “O Pão de Cada Dia” é questionado ao usuário se o mesmo tem interesse em retornar aos seus estudos. Em caso positivo é apresentado ao usuário o Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), situado no bairro Monte Cristo, que cede espaço à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) onde é ofertado o Educação de jovens e adultos e idosos (EJA) para que os estudantes possam se alfabetizar ou concluir o ensino fundamental.

Gráfico 2 - Escolaridade



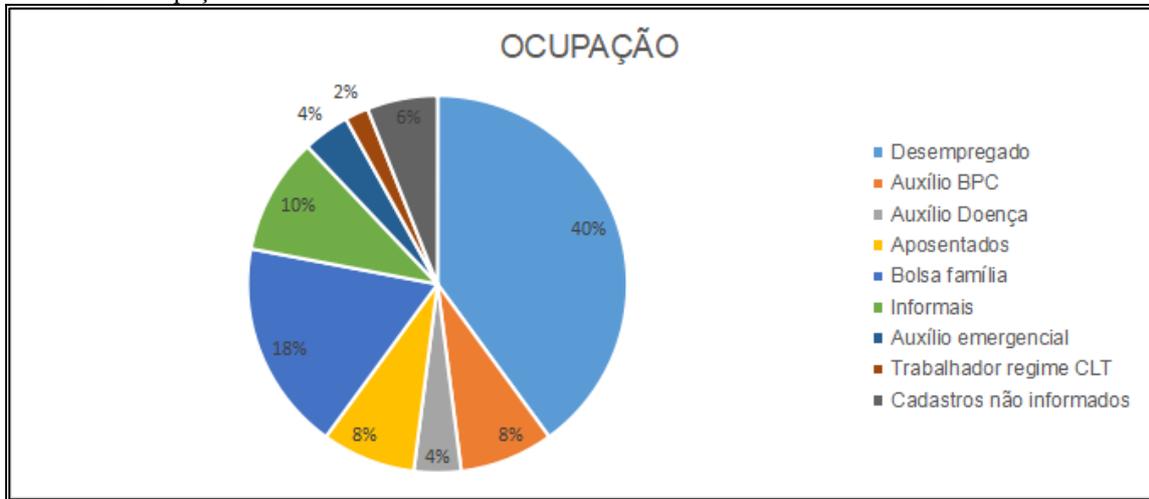
Fonte: Acervo pessoal (SILVA, 2022)

Segundo Matos e Alves (2021), “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em (6,6%) (11 milhões de analfabetos)” (PNAD, 2019).

Neste sentido, os dados de escolaridade podem estar relacionados a sua inserção ao mercado de trabalho do capital. Ao analisar os dados do grupo selecionado, da Ação Social encontramos em um universo de 50 famílias, o detalhamento da ocupação destes, em que

podemos destacar que (40%) não trabalham, (18%) estão inscritos em programas sociais e (10%) trabalham como informais. Além de outros detalhamentos:

Gráfico 3 - Ocupação



Fonte: Acervo pessoal (SILVA, 2022)

Ressalta-se que estes autônomos declarados, são cidadãos que exercem funções variadas na sociedade, desde pequenos reparos até a venda de produtos informais, para conquistarem recursos financeiros mínimos para a sobrevivência. E apenas (2%) destes acompanhados estão empregados formalmente sob as Consolidações das Leis do Trabalho (CLT). Assim, este recorte acompanha a desigualdade declarada nacionalmente, constitutiva do enorme exército de reservas de força de trabalho para o capital.

Este “Inclui se também aquela parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com o máximo de tempo de serviço e mínimo de salário” (IAMAMOTO, 2001, p. 15).

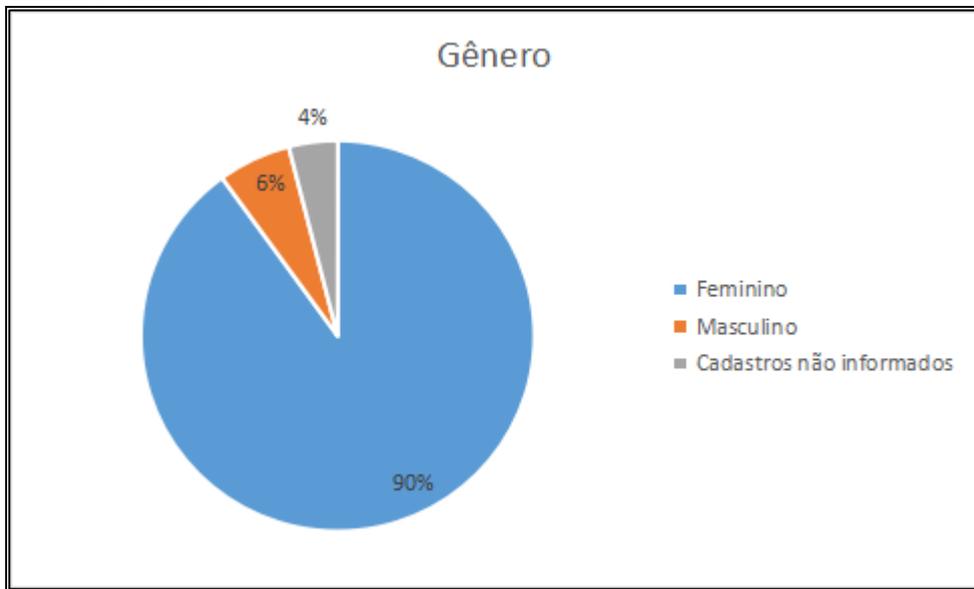
Segundo Dieese (2021), no terceiro trimestre de 2021, haviam 13,5 milhões de trabalhadores desempregados chegando a (12,6%) no país, desconsiderando as pessoas que não estão ocupadas ou buscam ativamente uma colocação no mercado de trabalho.

Ressalta-se que grande parte dos empregos gerados no país, são de postos de trabalho informais, destes o rendimento médio do trabalhador no terceiro trimestre de 2021, segundo Dieese (2021), teve redução de (-11,1%) na comparação do mesmo período de 2020. Nota-se que esta criação de novos postos de trabalho concentrou-se em trabalhos de baixos rendimentos, que com o avanço da inflação corroem o poder de compra do trabalhador.

Por outro aspecto durante a pandemia de COVID-19 houve um aumento nos atendimentos de famílias assalariadas que devido a inflação, ou desemprego de um dos

familiares, buscaram a Ação Social em busca de alimentos pois o salário que receberam não foi suficiente para cobrir as despesas básicas com a alimentação, aluguel, energia elétrica entre outros.

Gráfico 4 - Gênero



Fonte: Acervo pessoal (SILVA, 2022).

No quesito gênero, a presença das mulheres é massiva entre os atendimentos da Ação Social, da amostra analisada, compõem em número bruto 45 das 50 famílias selecionadas. Ao relacionarmos com os dados anteriores, evidencia-se que são mulheres, mães e chefes de família que não possuem o ensino fundamental completo quando não são alfabetizadas. Soma-se a este perfil usuários idosos, vítimas de acidentes e pessoas em situação de rua que procuram a Ação Social em busca de alimentos.

O protagonismo da mulher na procura por atendimentos tem seu vínculo na sociedade de acordo com o modo de produção capitalista e pode ser explicada por Cisne (2014, p. 26), "Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes".

O crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. Ou seja, quanto mais os donos dos meios de produção enriqueceram durante a pandemia, mais a pobreza aumentou, pois, o desemprego aumentou mais do que a necessidade do próprio capital.

A pandemia da covid-19 expandiu-se para as periferias, favelas e interiores do país, atingindo populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, trabalhadores (as) do campo e da cidade, a população em situação de rua, catadores de lixo, trabalhadores

(as) do mercado informal, artesãos, refugiados, famílias chefiadas por mulheres, população LGBTI+²¹, dentre outros. Agrava este cenário o desmonte das políticas públicas e o descaso, especialmente do governo federal, que insiste numa oposição perversa entre economia e saúde, tornando ainda mais evidente o darwinismo social e o desprezo pela vida como forma de governo (DEGENSZAJN; PAZ; WANDERLEY, 2021, p. 158).

O número de óbitos por COVID-19 tem impacto maior entre os mais pobres, ressalta-se a desigualdade social como principal fator (SCHAPPO, 2020).

[...]O percentual de pacientes pretos e pardos que vieram a óbito (54,78%) foi maior do que os brancos (37,93%). A letalidade também foi maior entre a população com menor nível de escolaridade [...] pessoas com maior nível de escolaridade superior com caso grave de Covid-19 apresentaram uma menor proporção de óbitos (22,5%), que aquelas sem escolaridade (71,3%) (SCHAPPO, 2020, p. 6).

Constata-se que quando maior escolaridade menor a mortalidade. As disparidades podem ser relacionadas as diferenças de renda, que geram maior acesso a serviços básicos e sanitários de saúde.

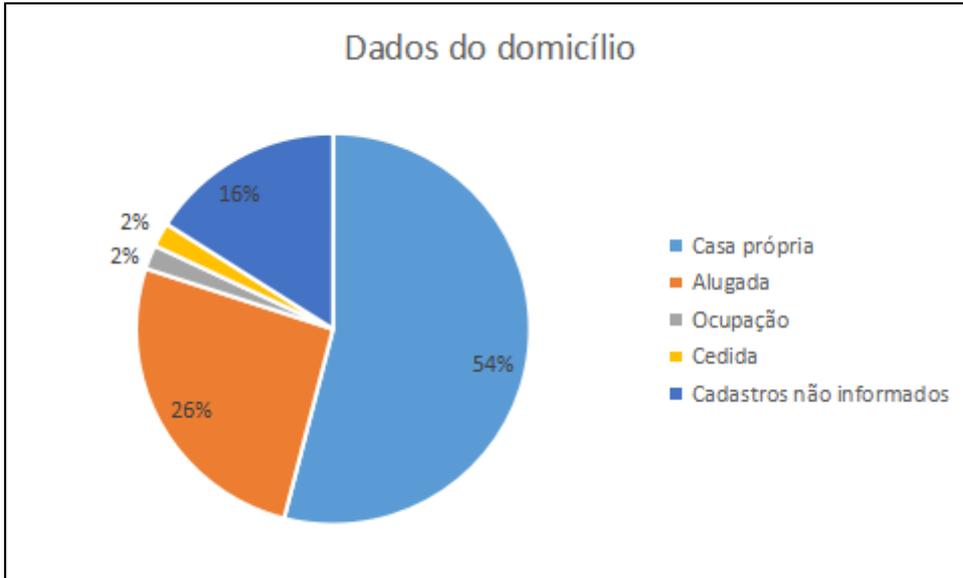
A pandemia no Brasil sob o contexto de subemprego e/ou trabalho informal trouxe à tona as dificuldades em relação as necessidades básicas, como alimentação, pois muitos cidadãos não tiveram acesso a proteção social proveniente do trabalho formal. “A proporção da população ocupada de 14 anos ou mais de idade, no trabalho informal passou de 39,1% em 2014 para 41,5% em 2018 (IBGE, 2019)” (SCHAPPO, 2020, p. 5).

As famílias pertencentes ao projeto “O Pão de Cada Dia” desenvolvido na Ação Social carecem de acesso ao mercado de trabalho, educação, cultura, lazer e habitação.

A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnicas raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (Ianni, 1997, sp. apud IAMAMOTO, 2001. p. 17).

Gráfico 5 - Tipo de moradia

²¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual símbolo + outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo (LGBTQIA+).



Fonte: Acervo pessoal (SILVA, 2022)

Com base nas análises realizadas na ação social, das famílias em acompanhamento, foi possível organizar um perfil desses usuários em que grande parte é do sexo feminino (90%), com faixa etária entre 30 a 59 anos (63%), escolaridade ensino fundamental incompleto (34%), não trabalha (40%), localização de domicílio é o bairro Monte Cristo (60%). Apesar da importância e do número de dados, esses não estão de forma informatizada.

No contexto de pandemia de COVID-19, as desigualdades sociais se tornaram mais visíveis e atingiram diferencialmente a burguesia e o proletariado. Com a elevação das taxas de desemprego, a precarização e instabilidade dos empregos seja pela redução de salários, crescimento da informalidade e a fragilização da Seguridade Social.

Ressalta-se que o acesso ao projeto “O Pão de Cada Dia” embora atenda a necessidade pontual e específica ele não assegura os direitos, não mantém ações permanentes.

O Estado que neste momento deveria atender os mais necessitados, através de suas políticas de Seguridade Social, vem através de suas contrarreformas neoliberais reduzir os investimentos no Sistema único de Saúde (SUS), Sistema único de Assistência Social (SUAS) e na Previdência Social.

De acordo com Schappo (2020), medidas como a entrega de cestas básicas ou qualquer outro tipo de alimento não podem ser vistas como única medida de combate à fome.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito central deste TCC foi investigar a partir da pesquisa bibliográfica e da percepção do estagiário no campo de estágio obrigatório na Ação Social, como o terceiro setor se insere na garantia de acesso aos direitos sociais. Para isso foram analisados elementos que configuram a existência da questão social na sociedade capitalista.

Ao proceder a pesquisa nos deparamos com as diferentes concepções que compõe o terceiro setor sobre diferentes aportes teóricos. Desse modo para que a temática fosse apreendida, realizou-se um levantamento socio-histórico da questão social, do terceiro setor, a realidade social da Ação Social no período pandêmico, além da prática da assistente social.

Ressalta-se que a pesquisa evidenciou que o terceiro setor no decorrer dos anos passou do seu caráter filantrópico para o de gestão e hoje passa a administrar os recursos que recebe do Estado para desenvolver projetos para a redução das expressões da questão social e legitimar através da dominação ideológica as reformas estruturais em benefício do capital.

Nesse contexto a (o) assistente social por ser contratado das instituições que compõem o terceiro setor, gerencia, implementa e avalia as ações e pode legitimar o ativismo social das empresas capitalistas. No entanto não atinge o cerne da desigualdade social, o capital ao inserir o terceiro setor como protagonista posiciona a classe trabalhadora contra ela mesma, combate as lutas sociais, a regulação do estado e fragiliza os movimentos sociais.

Mesmo com o avanço da legislação social através da Constituição Federal de 1988, as investidas de privatizações públicas culminaram na reforma do Estado, passaram para o terceiro setor (sociedade civil) a sua responsabilidade na garantia dos direitos.

Durante o decorrer do estágio obrigatório, percebeu-se a importância da utilidade da investigação em sua totalidade que possibilita a construção de estratégias da (o) assistente social na sua atuação como profissional inserido em uma instituição do terceiro setor.

Em suma, a presente pesquisa constata que a desresponsabilização do Estado para com a classe trabalhadora, ao atender os ditames do capital e ao repassar a sua responsabilidade para o terceiro setor não garante o acesso aos direitos sociais conquistados na constituição federal. Por outro lado, com a inércia do Estado, sob os comandos do capital e a população em condições de pobreza e com necessidades, ressalta-se que o terceiro setor, tem a sua importância para com os atendidos. Porém enfatiza-se que o Estado deve estar à frente na execução das políticas sociais, na perspectiva da universalidade, sem condicionantes.

É preciso que nós como assistentes sociais possamos compreender como a sociedade está organizada, como se organizam as lutas de classes, as contradições impostas dentro do terceiro setor, as suas limitações para com o nosso empregador e para com a sua atuação profissional. Portanto é através de um trabalho pautado nas diretrizes, através das leis que regulamentam e subsidiam os direitos do cidadão e da profissão, buscando o caminho da intersetorialidade, compreendendo a totalidade e a historicidade dos sujeitos que a (o) assistente social pode criar estratégias para intervenção na realidade social.

Por fim, os estudos para elaboração deste TCC, foram importantes por se tratar de uma área que avança na sociedade brasileira e onde o trabalho da (o) assistente social se faz necessário.

REFERÊNCIAS

AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARIA GORETTI (Org.). **Plano de ação**. Florianópolis: ASPSMG, 2019.

AFFORNALLI, M. V. Neoliberalismo, terceiro setor e direitos sociais: precarização e perspectivas. **Revista direito à sustentabilidade**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/direitoasustentabilidade/article/view/13338>. Acesso em: 13 mar. 2022.

AMARAL, Ângela Santana do. CESAR, Mônica de Jesus. **O trabalho do assistente social nas fundações empresariais**. In: Serviço Social: Direito e Competências. CFESS. Brasília, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ASA (Florianópolis). Ação social arquidiocesana. Disponível em: <http://www.asafloripa.org.br>. Acesso em: 04. Maio. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei orgânica da assistência social (LOAS)**. Disponível em. Acesso em: jun.2022.

BRASIL. **Medida Provisória 936**. Brasília: Palácio do Planalto, 01 abr. 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm. Acesso em: 02 jul. 2022.

CARNELOSSI, Bruna. O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: Desafios ao código de ética profissional. In: **Serv. Soc. Soc.** Abr. 2016, no. 125, p.124-147.

CASTRO, Josué. Geopolítica da fome. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CFESS, **Código de ética e lei de regulamentação da profissão**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em jul. 2022.

CFESS. **Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

CISNE, Mirla. **Classe, luta de classes e formação da consciência no capitalismo**. In – CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. Trad. Heci Regina Candiani, São Paulo: Boitempo, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

DAL MORO, Maristela. Questão Agrária no Brasil: a batalha entre o agronegócio e a agroecologia. In: Caballero, Estrella G. (Org.). **Sociedades Y Fronteras: Actas del IX Congreso Andaluz de Sociología**. 1ed.Huleva: UHU.ES, 2019, v. 1, p. 495-517. Disponível em: <http://www.uhu.es/publicaciones/?q=libros&code=1208>. Acesso em: 14 de ago. 2020.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias O. da; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Por que precisamos falar de desigualdade? **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 141, p. 157-163, maio 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.243>.

DIEESE - boletim de conjuntura - Nº 31 - A herança de 2021 e o que esperar de 2022 - novembro/dezembro:2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura31.html> Acesso em: jun. 2022.

DURIGUETTO; Maria Lucia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª ed., São. Paulo: Cortez, 2011, Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 5.

FERNANDES, Rubens C. **Privado, porém público: O Terceiro Setor na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro. Civicus, 2002, p. 237.

FERNANDES. Joyce S. Neves. MOSER. Liliane. In: **Anais: V congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos v seminário nacional de território e gestão de políticas sociais iv congresso de direito à cidade e justiça ambiental**. Londrina, Paraná, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão social no Brasil. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano. 2, n. 3 (jan. /jun.2001)**. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p. 8-32.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço**

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40.ed. São Paulo: Cortez, 2014. 380 p.

IANNI, Otavio. **A questão social**. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v. 5, n.1, p. 2 -10. Janeiro/março 1991.

LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 46-81.

MATOS, E. M. B. MATOS, B. de S. ALVES, F. R. V. Analfabetismo funcional: reflexões sobre o desenvolvimento educacional no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 575–592, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i6.1412. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1412>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MATTEI, LAURO e HEINEN, VICENTE LOEBLEIN. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy* [online]. 2020, v. 40, n. 4 [Acesso em: 23 maio 2022], pp. 647-668. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>. Epub 16 Out 2020. ISSN 1809-4538. <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [S.L.], v. 40, n. 4, p. 647-668, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**, [s. l.], ano 2002, ed. 8, 19 jun. 2004. DOI <https://doi.org/10.23925/ls.v0i8.18912>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**; crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 288 p.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 202–222, 2012. DOI: 10.18315/argumentum.v4i1.2028. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028>. Acesso em: 14 maio. 2022.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reformas econômicas e crescimento econômico**: eficiência e política na América Latina. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, MARAVALL, José Maria e PRZEWORSKI, Adam (org.). *Reformas Econômicas em Democracias Novas*. Uma proposta social-democrata. São Paulo: Nobel, 1996, p. 92.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. Reflexões sobre o processo histórico / político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 1-15, 4 fev. 2015. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/san.v15i2.1813>.

PORTAL FIOCRUZ. Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de covid-19. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. Acesso em: 08 jun. 2020.

RAMALHO, Néson Alves. Processos de globalização e problemas emergentes: implicações para o serviço social contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 110, p. 345-368, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282012000200007>.

REIS, Aparecido Francisco dos “**Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19**”. Revista Katálysis [online]. 2022, v. 25, n. 2 [Acesso em: 2 ago. 2022], pp. 392-403. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82854>. Epub 06 maio 2022. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82854>.

AÇÃOSOCIAL PAROQUIAL SANTA MARIA GORETTI (Org.). Plano de ação. Florianópolis: ASPSMG, 2019.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **Comitê estadual suas-sc covid-19: em defesa da vida**. 2020. Disponível em: <https://comitesuassccovid19.org/artigos/>. Acesso em: 15 de jul. 2022.

SEMZEZEM, Priscila; ALVES, Jolinda de Moraes. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n. 1, p.142-166, 01 dez. 2013.

SILVA, Rafael Leonardo Cardoso. Relatório final de estágio: Ação social santa Maria Goretti. Florianópolis: [S.L.], 2022.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito social**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2009.

SOBRINHO, José P. S.in **Anais: I joingg – jornada internacional de estudos e pesquisas em antônio Gramsci**. VII joregg – jornada regional de estudos e pesquisas em antônio gramsci práxis, formação humana e a luta por uma nova hegemonia. Fortaleza, Ceará, 2016.

Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! Marilda Villela Iamamoto. - 24. ed. - São Paulo, Cortez, 2013.

SOUZA, C. L. S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, v. 21, p. 44-61, 2021.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TESSAROLO, Enzo M.; KROHLING, Aloisio. A passagem do programa comunidade solidária para o programa bolsa família: continuidades e rupturas. *Caos*. Revista eletrônica de ciências sociais, v. 16, p. 74-92, 2011.

TRINDADE, Hiago. Crise do capital, exército industrial de reserva e precarizado no Brasil contemporâneo. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 225-244.

TRINDADE, Rosa Predes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. *In: SANTOS, C. M. BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 69-102.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos sociais e a política social**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 126.

VIGISAN. Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar (Rede PENSSAN). Brasil, 2022.

WIESE, Michelly Laurita. Serviço social e a interlocução com a determinação social na saúde em tempos de pandemia. **Sociedade em debate**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 146-159, 15 dez. 2020. Sociedade em debate. <http://dx.doi.org/10.47208/sd.v26i3.2779>.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho**, [s. l.], 21 dez. 2021. DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p16-30. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37164>. Acesso em: 12 mar. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço social & sociedade**, [S.L.], n. 138, p. 207-213, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.209>.